

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária  
Departamento de Economia

CARLOS ANDRÉ GUIMARÃES DE SOUZA

**O PRECONCEITO RACIAL A PARTIR DA PERSPECTIVA DA POPULAÇÃO  
NEGRA NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO**

São Paulo – SP

2022

[1]

CARLOS ANDRÉ GUIMARÃES DE SOUZA

**O PRECONCEITO RACIAL A PARTIR DA PERSPECTIVA DA POPULAÇÃO  
NEGRA NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como um pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do Prof. Dr. Áquilas Nogueira Mendes.

São Paulo - SP

2021

[2]

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Nomes legíveis dos examinadores (orientador e demais membros da banca)

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento, bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar o nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

Souza, Carlos André Guimarães de.  
O PRECONCEITO RACIAL A PARTIR DA PERSPECTIVA DA  
POPULAÇÃO NEGRA NO CAPITALISMO DEPENDENTE  
BRASILEIRO/ Carlos André Guimarães de Souza – São Paulo,  
2022.  
(64 páginas)

Orientador: Prof. Dr. Áquilas Nogueira Mendes.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências  
Econômicas) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,  
São Paulo, 2022.

Palavras-chave

Racismo, assimilacionismo, capitalismo dependente.

## **DEDICATÓRIA**

À Lima Barreto e todos os demais homens pretos com a saúde mental destruída que, ao contrário do hoje ilustre escritor, não tiveram e jamais terão capital simbólico para passar pelo tempo como memória. Em especial para meu tio, José Carlos Guimarães, economista do Banco Banespa, quem eu nunca tive a oportunidade de conhecer.

## AGRADECIMENTOS

Às professoras e professores, bem como colegas e funcionários da PUC-SP e FAAP, que, de uma maneira ou de outra, me conduziram até esse espaço tempo e deram forma às rugas dos dedos que comandam essas linhas e que não sabem muito bem como as conduzir. Por essas linhas, agradeço imensamente à minha companheira, minha criança favorita nesse mundo, a pessoa mais inteligente e inspiradora que já passou pela minha existência, Marina Mosleh Nicolau.

Agradeço ao carinho, dedicação e paciência de meu orientador, professor doutor Áquilas Nogueira Mendes – e faço isso desejando a oportunidade de manter contato e acompanhar seu trabalho fundamental pela defesa do SUS.

Aos meus pais, Sueli Aparecida Guimarães de Souza e José Carlos Andrade de Souza, e meu irmão, Ricardo Augusto Guimarães de Souza, por manterem viva em mim a chama do inconformismo e o vício pela indagação na busca por uma realidade mais justa e equitativa (a eles, agradeço em especial pela paciência e disposição na coleta da documentação comprobatória de renda pela FUNDASP, exigida para bolsistas em um tempo curiosamente pouco hábil). Pelo suporte oferecido por meu tio, Aldo Aparecido Guimarães, e, especialmente por minha tia, Maria Benedita Guimarães, que por vezes proveu a disposição que me faltou em momentos extremos.

À minha avó materna, Jandira André Guimarães, que me ensinou a vida inteira que o “conhecimento é algo que ninguém tira de nós” e que, aos 78 anos, aprendendo a ler e escrever suas primeiras palavras por vontade própria, deixou para mim seu maior legado. À minha avó paterna, Benvinda de Ponte Andrade, pela inspiração na coragem de mudar de vida imigrando de Portugal para o Brasil após enfrentar a fome da ditadura de António Salazar; pela bravura de enfrentar a violência do machismo em seu lar; e pela coragem de reconhecer sua ausência e se permitir demonstrar amorosidade e cumplicidade em seus últimos anos vida com seus dois (únicos) netos negros. Agradeço à minha sogra, Majida, e à dona Jô, quem adotei como avó, pelo carinho e pela inspiração na coragem de negarem ao fascismo de todos os tempos e se manterem resistência.

Por último e não menos importante, agradeço à Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Haddad, pela corajosa luta pela redução da desigualdade e, principalmente, pela valorização da educação. Gostaria que esse agradecimento pudesse terminar com um desejo profético, mas os tempos não permitem – portanto, agradeço por tudo o que foi feito até aqui, desejando que as sementes plantadas germinem.

## **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é analisar de que forma a questão racial brasileira vem sendo tratada no cenário do capitalismo dependente brasileiro. Para tanto, partindo da literatura de Lélia Gonzalez, Carlos Hasenbalg e Deivison Faustino, esta monografia se propôs a apresentar as convergências e divergências com a literatura contemporânea levantada sobre a temática. Desta maneira, o texto apresenta as bases do movimento negro a partir de o período da ditadura militar, explana uma crítica às abordagens desenvolvidas de forma assimilacionista a partir de referências externas e pontua contradições dessas transposições sobre a realidade de homens negros.

Palavras-chave: Racismo, Assimilacionismo, Capitalismo Dependente.

## **ABSTRACT**

The objective of this work is to analyze how the Brazilian racial question is being treated in the context of Brazilian dependent capitalism. Therefore, starting from the literature of Lélia Gonzalez, Carlos Hasenbalg and Deivison Faustino, this monograph intends to present the convergences and divergences with contemporary literature raised on the theme. In this way, the text presents the bases of the black movement from the period of the military dictatorship, explains a critique of the approaches developed in an assimilationist way from external references and sudden contradictions of these transpositions on the reality of black men.

Keywords: Racism, Assimilationism, Dependent Capitalism.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 – O LUGAR DE NEGRO: UMA ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DE LÉLIA GONZALEZ E CARLOS HASENBALG .....</b>	<b>12</b>
1.1. O Negro e seus momentos históricos à luz de Lélia Gonzalez .....	12
1.2. O Negro e o caráter assimilacionista segundo Carlos Hasenbalg.....	18
1.3. Os homens negros, masculinidades e racismo .....	23
<b>CAPÍTULO 2 – CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA CIENTÍFICA SOBRE O PRECONCEITO RACIAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE: UMA REVISÃO SISTEMATIZADA .....</b>	<b>28</b>
2.1.1. Resultados da revisão .....	34
2.1.2 Abordagem sobre o preconceito .....	40
2.1.3. Abordagem sobre o preconceito segundo as pessoas negras .....	42
2.1.4. Abordagem sobre o preconceito e sua relação com o capitalismo dependente brasileiro.....	42
<b>CAPÍTULO 3 – CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE SOBRE OS DIFERENTES ASPECTOS DO PRECONCEITO RACIAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO E OS ARGUMENTOS DE LÉLIA GONZÁLEZ E CARLOS HASENBALG .....</b>	<b>45</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>

## INTRODUÇÃO

Sendo a Ciência Econômica uma ciência social que estuda as atividades desenvolvidas em função da produção, distribuição e consumo de bens e serviços que proporcionem a satisfação das necessidades humanas na sociedade, seu caminho natural se direciona à ampla compreensão a respeito das formas com que as relações humanas incidem. Nesse sentido, é de fundamental importância a consideração não apenas da história brasileira, mas das narrativas que estruturam a historiografia e da coexistência de formas de poder que transcendem a lógica materialista nesse espaço multidimensional.

Se, durante um longo tempo, cultivou-se e exportou-se o mito da democracia racial no Brasil, o recente reconhecimento de sua forma estruturante veio a duras penas e, atualmente, ainda carece de aprofundamento em suas dimensões. O debate a respeito da questão racial brasileira acompanha a inércia de interesses conflitantes - sejam estes conservadores ou progressistas - e permanece no papel de um utilitário político. Veremos, ao longo do texto, a contextualização histórica do debate desta temática pela visão de Lélia Gonzalez e a análise sociológica de Carlos Hasenbalg a respeito da forma com que essa problemática é conduzida por diferentes linhas do pensamento econômico e social.

Como consequência da guerra de narrativas destacada por Hasenbalg, e sob o auxílio da literatura de Deivison Faustino, observar-se-á que além da não contemplação das demandas de homens negros e mulheres negras em suas especificidades, a mais profunda e impactante consequência desse uso continua presente nas relações econômicas e sociais do modelo civilizatório vigente: na distorção das necessidades mais básicas destes grupos por meio da impugnação de estereótipos e seus papéis sociais.

Feitas essas pontuações iniciais, afirmo que o objetivo desta monografia é analisar os diferentes aspectos do preconceito racial a partir da perspectiva da população negra no capitalismo dependente brasileiro à luz da contribuição de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg. Desta maneira, este trabalho se estrutura em três capítulos. O primeiro capítulo é inteiramente dedicado à análise da literatura de

Gonzalez e Hasenbalg, com o complemento da literatura de Faustino, sob o objetivo de identificar os interesses contidos nas narrativas a respeito da temática e algumas distorções em torno dos marcadores gênero e raça. O segundo capítulo tem como objetivo revisar sistematicamente artigos científicos de periódicos contemporâneos a respeito da temática. No terceiro capítulo, é realizada uma análise entre as convergências e divergências dos artigos científicos levantados no segundo capítulo à luz da literatura de Gonzalez, Hasenbalg e Faustino, visando o aprofundamento sobre as contradições e distorções no pensamento contemporâneo.

## **CAPÍTULO 1 – O LUGAR DE NEGRO: UMA ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DE LÉLIA GONZALEZ E CARLOS HASENBALG**

O livro, "Lugar de Negro", fruto da contribuição entre a militante do movimento negro e do movimento das mulheres, filósofa, historiadora e antropóloga Lélia Gonzalez e o sociólogo argentino e professor do IUPEF – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro –, Carlos Hasenbalg, se propõe a analisar, por trás do longínquo mito brasileiro da democracia racial, algumas das maneiras pelas quais o preconceito racial se disfarça e de quais formas os disfarces desse grave problema social ainda seguem reforçando paradigmas e vieses concomitantemente à questão de classes do Brasil.

Delineado em duas partes – respectivamente de Gonzalez e Hasenbalg – a obra apresenta, dentro do contexto histórico da modernidade brasileira, a trajetória da população negra em momentos distintos, buscando compreender seu verdadeiro lugar para além da identidade nacional que lhe é forçosa e grotescamente atribuída através do mito da democracia racial.

A segunda parte do livro, escrita por Carlos Hasenbalg, nos leva a uma crítica ao persistente assimilacionismo, posta em função da argumentação acerca das diferenças não explicadas – ou pouco aprofundadas – que conferem vantagens à população não negra em todas as etapas de mobilidade social para além das relações materiais.

### **1.1. O Negro e seus momentos históricos à luz de Lélia Gonzalez**

Em sua contribuição, Gonzalez se atém à análise do lugar ocupado pela população negra dentro de momentos históricos do Brasil, dando especial ênfase a como se deu o processo de formação do Movimento Negro Unificado (MNU) a partir de a mensuração das pluralidades de movimentos negros que serviram como base para sua construção.

Gonzalez inicia sua contextualização histórica e partir do golpe militar de 1964, que, sustentado pelos Atos Constitucionais (em especial o AI-5), impôs um novo

modelo econômico e social e que, através do autoritarismo e da repressão conferidos por esses atos, garantiu o silenciamento dos setores populares. Embora muito seja argumentado a respeito do crescimento econômico obtido no período do "milagre econômico" brasileiro, tal portento, além de incumbir ao Brasil a herança de uma enorme dívida externa, também delegou às massas um ostracismo dessas benesses. Gonzalez enfatiza que:

(...) os benefícios que receberam tiveram como resultado o seu empobrecimento, determinado pela política do arrocho salarial. E quando a gente fala em massas, a gente está se referindo também, ou principalmente, ao grande contingente de negro que delas faz parte e que, desde as décadas de cinquenta e sessenta, vinha num processo de crescimento populacional. (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p.12)

A forma agressiva com que o capitalismo invadiu todos os setores da economia brasileira é descrito pela autora como algo que determinou a desnacionalização ou o desaparecimento das pequenas empresas – sendo que "(...) era justamente por elas que o trabalhador negro participava do mercado de trabalho industrial" (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 13) – e o desaparecimento da pequena propriedade rural. O resultado dessa ofensiva não poderia ser outro que não o êxodo rural – o que, em tais condições, ao invés de crescimento econômico, gerou um maior número de favelas. Nesse contexto, tanto a indústria automobilística quanto a de construção civil (uma das grandes propulsoras do "milagre econômico") se serviram dessa mão de obra barata e desqualificada, proveniente de um trabalho majoritariamente negro.

O mesmo ocorria com a prestação de serviço, com o trabalhador negro sendo parte a figura mais presente dentre as atividades de menor qualificação técnica, portanto, "(...) deslocando-se do campo para a cidade, ou do nordeste para o sudeste, e se concentrando num mercado de trabalho que não exige qualificação profissional, o trabalhador negro desconheceu os benefícios do 'milagre'" (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 14).

Gonzalez, de forma perspicaz, traça um paralelo entre os diferentes modos de dominação das fases de produção econômica com a teoria do lugar natural de Aristóteles, tomando como referencial o espaço físico ocupado por dominados e dominadores e denuncia a explícita divisão racial do espaço urbano, demonstrando que "o lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e protegidas por diferentes tipos de policiamento", enquanto, "(...) o lugar natural do negro é o oposto,

evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos 'habitacionais'" (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 15).

Neste cenário, ao contrário do espaço dos brancos, a polícia serve ao *modus operandi* racista para conter a população preta, através do amedrontamento causado pela mais violenta e sistêmica repressão física e psicológica. O sistema se beneficia dessa ferramenta na exata medida em que "(...) conserva à sua disposição a mão de obra mais barata possível" (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 16) – a população preta, por sua vez, permanece sujeita a vender sua força de trabalho por qualquer preço. É importante destacar que qualquer reação à essa discriminação racial era suprimida pelos mecanismos legais do período, "(...) uma vez que se estaria ferindo a Lei da Segurança Nacional por crime de subversão" (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 17). Enquanto isso, em função dessa praxe, diversos setores da classe média serviam como suporte ideológico do milagre econômico, conforme descreve a autora:

Era a grande euforia do "Ninguém segura este país": eletrodomésticos, carro do ano, tevê a cores, Copa 70, Irmãos Coragem, compra de apartamento, de casa na praia, na montanha, disso, daquilo e muito mais. E a turma tava que tava, muito orgulhosa de si e de seu país. Portanto nada mais natural do que a gente ver, nos plásticos dos automóveis, expressões tais como "Brasil: ame-o ou deixe-o". Propaganda e publicidade firmes em cima, fazendo cabeça; muito riso, muito brilho, muita assepsia, muito perfume. Muita festa, grandes carnavais... Enquanto isso, dos subterrâneos do regime, emanavam odores pestilenciais, acompanhados de choro e ranger de dentes. Curioso que provenientes de jovens dessa mesma classe média. (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 17)

No final das contas, as contradições internas desse sistema, aliadas à crise do petróleo, serviram para desmascarar o milagre. Foi após o choque que "(...) diferentes setores da sociedade civil começaram a desencadear seu processo de contestação ao regime" (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 17) e esse, então, se torna um terreno fértil para discussões organizadas entre grupos de pessoas pretas.

Gonzalez enfatiza que o debate sobre o Movimento Negro requer sua devida contextualização historiográfica, deixando explícito que é necessário reconhecer a existência de Movimentos Negros, no plural, pois muitas foram as culturas trazidas para cá a partir de o continente africano e muitos foram os tipos de resistência ao regime escravista. Por outro lado, apesar da importância do reconhecimento de sua pluralidade, a autora enfatiza que fala-se sobre movimento negro – no singular:

Exatamente porque está apontando para aquilo que os diferencia de todos os outros movimentos; ou seja, a sua especificidade. Só que nesse movimento,

cuja especificidade é o significante negro, existem divergências, mais ou menos fundas, quando ao modo de articulação dessa especificidade. Deve o negro assimilar e reproduzir tudo o que é eurobranco? Ou só transar o que é afronegro? Ou somar os dois? Ou ter uma visão crítica de ambos? Deve o negro lutar pra vencer na vida através de seu esforço pessoal para, desse modo, provar que é tão capaz quanto o branco? Ou lutar com e pelo conjunto da população negra? Juntamente com não negros também oprimidos? Ou não? Por um espaço nesta sociedade? Ou pela transformação da mesma? Etc, etc. e tal... Os diferentes tipos de resposta a essas questões, e a muitas outras, acabam por remeter a gente a falar de movimentos negros..no Movimento Negro. Pois é. (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 19)

Após a abolição, muitas pessoas pretas libertadas se organizaram em associações – ou entidades – buscando, em diversas formas de agrupamentos, a prática independente de lazer, cultura e solidariedade. As atividades desenvolvidas nessas associações, segundo Gonzalez, podem ser consideradas como “(...) **recreativas**, com ‘perspectivas e anseios ideológicos elitistas’, e **culturais de massa**” – sendo esta última alvo do controle de autoridades, por servirem como exercício de prática política (a autora coloca como exemplo as escolas de samba). Destaca-se o fato de que qualquer aglomeração de pessoas pretas é encarada como caso de polícia por essas autoridades, tal como o exemplo os “(...) templos das religiões afro-brasileiras, como o candomblé, [que] tinham que se registrar na polícia, para poderem funcionar legalmente” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 22).

Considerando o intrínseco caráter assimilacionista e de prática cultural dessas duas associações, Gonzalez faz a importante observação de que “o primeiro grande movimento ideológico pós-abolição, a Frente Negra Brasileira (1931-1938), buscou sintetizar ambas as práticas, na medida em que atraiu os dois tipos de entidade para o seu seio” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 22). Uma das maiores razões para o relativo sucesso da FNB foi o fato de ter surgido na cidade de São Paulo – grande centro econômico do país –, “(...) uma vez que é o negro da cidade que, mais exposto às pressões do sistema dominante, aprofunda sua consciência racial” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 23). A integração do na sociedade capitalista se deu, efetivamente, “sobretudo nos anos trinta, quando a imigração europeia é interrompida pelo governo Vargas” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 23). Foi somente após o Estado Novo que as entidades culturais obtiveram uma força política significativa, sendo que:

O período que se estendeu de 1945 a 1948 caracterizou-se, portanto, pela intensificação das agitações intelectuais e políticas dessas entidades que, agora, tratavam da redefinição e implantação definitiva das reivindicações da comunidade negra (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 24).

A partir desse período em diante, houve uma aproximação dos setores progressistas brancos junto às entidades culturais negras e suas elites intelectuais negras, tendo, inclusive, “(...) Florestan Fernandes (...) iniciado suas pesquisas sobre o negro nesse período” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 25). A desarticulação da organização dessas elites se dá com o golpe de 64 que, a partir de então, passa a se beneficiar a partir de a integração das entidades de massa, colocando-as em função dos interesses capitalistas. A partir de então:

Os antigos mestres de um artesanato negro, que antes dirigiam as atividades nos barracões das escolas, foram sendo substituídos por artistas plásticos, cenógrafos, figurinistas etc. e tal. O cargo de presidente de ala transformou-se numa profissão lucrativa com a venda de fantasias. Os sambas foram simplificados em sua estrutura, objetivando não só o fato de serem facilmente aprendidos, como o de poderem ser gravados num mesmo disco. Os “nego véio” da Comissão de Frente foram substituídos por mulatas reboativas e tesudas. Os desfiles transformaram-se em espetáculos tipo teatro de revista, sob a direção de uma nova figura: o carnavalesco. Levantaram-se arquibancadas para ricos, pobres e remediados, autoridades e povo, nacionais e estrangeiros, com a venda de ingressos nos respectivos preços. (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 28)

Apesar da ofensiva que terminou por desarticular as discussões sobre a questão racial (e com pensadores como Abdias do Nascimento fora do cenário nacional, embora sempre se dispondo à militância em função da denúncia do que acontecia no Brasil), Gonzalez destaca o tímido – e agora semiclandestino – ressurgimento dessas discussões sob a influência dos acontecimentos de caráter internacional: “(...) a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e as guerras de libertação dos povos negroafricanos de língua portuguesa” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 30). Essa influência dá um novo fôlego à militância negra, impulsionando, a partir de o início dos anos setenta, em São Paulo, o teatro negro através da turma Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN) e, no Rio de Janeiro, através de uma massa jovem de negros anônimos, pelo movimento “Soul” – posteriormente renomeado Black Rio. Gonzalez aponta para o caráter contraditório da intelectualidade progressista imersa em suas abstrações excêntricas e pouco atenta à realidade:

Interessante notar que o 'soul' foi um dos berços do movimento negro do Rio, uma vez que a moçada que ia aos bailes não era apenas constituída de trabalhadores, mas de estudantes secundários e universitários também. O fato é que a negrada jovem da Zona Norte e da Zona Sul começou a se cruzar nesses bailes, que reuniam milhares de pessoas, todas negras. O fenômeno também se estenderia para São Paulo; e se a gente pega um dos números do Jornegro (Ano I, n.º 2, maio de 1978) e lê a entrevista da negadinha (18 a 20 anos), a gente vê uma coisa, e isto é essencial, ela não é alienada: todos

afirmam, porque o vivenciam no seu cotidiano, a existência do racismo e suas práticas. Vale notar que a reação do 'grande público', em face do soul, foi de surpresa e temor (mas a polícia sempre esteve lá para garantir a 'ordem'); enquanto isso, a intelectualidade progressista acusava-o de alienação, dizendo que crioulo tinha mais é que dançar samba.. (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 32-33).

Gonzalez destaca outro grande evento que potencializou a retomada da articulação do Movimento Negro: as Semanas Afro Brasileiras, ocorridas entre 30 de maio a 23 de junho de 1974, nas quais não apenas a questão racial era debatida como, também, a concomitância das questões de gênero. A autora compartilhar sua experiência pessoal a partir de frequência aos debates, nos quais passou a dar mais atenção à especificidade da mulher negra:

E nesse trabalho, tem dado pra sacar, por exemplo, que pelo fato de não ser educada para se casar com um 'príncipe encantado', mas para o trabalho (por razões históricas e socioeconômicas concretas), a mulher negra não faz o gênero da submissa. Sua prática cotidiana faz dela alguém que tem consciência de que lhe cabe batalhar pelo 'leite das crianças' (como ouvimos de uma 'mulata do sargenteli'), sem contar muito com o companheiro (desemprego, violência policial e outros efeitos do racismo e também do sexismo) (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 36).

O crescimento do grupo, com a contribuição de novas ideias e o surgimento de novas lideranças, naturalmente, abriu espaço para um maior aprofundamento no nível político das discussões, vindo a se tornar uma entidade em setembro de 1974 – a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África – e, posteriormente, a dividir-se por conta de divergências em seu método de trabalho. O resultado dessa cisão inicial foi frutífero, pois a questão negra passou a ser discutida na universidade – em 1976, “(...) o Grupo de Trabalho André Rebouças realizava sua primeira Semana de Estudos sobre o Negro na Formação Social Brasileira, na Universidade Federal Fluminense” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 38-39) – ao mesmo tempo em que também houve a criação do Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo. O exponencial crescimento dessa articulação no cenário carioca, em 1976, chamou a atenção do grupo de São Paulo ao ponto de motivar contatos:

A turma de São Paulo tomou conhecimento do que se passava por aqui, através do Boletim do IPCN, e, então, pintou por aqui pra levar um papo. Este foi o primeiro encontro de uma série que se realizaria em São Paulo, Rio Claro, São Carlos etc. As discussões se dariam em torno de uma questão fundamental: a criação de um movimento negro de caráter nacional. (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 41-42)

Dessa maneira, formaram-se as bases para a criação de um movimento negro de caráter nacional, a partir de lideranças anônimas, ainda sob pleno regime militar: o

Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, oficialmente criado em junho de 1978, em São Paulo. Gonzalez descreve pontos de relutância no processo de formação do MNU condizentes, inclusive à ideologia do branqueamento e não poupa críticas às contradições da esquerda por trás da:

(...) atitude 'democrática' que nega a questão racial, diluindo-a mecanicamente na luta de classes (por aí se vê como certas posições de esquerda nada mais fazem do que reproduzir o mito da democracia racial, criado pelo liberalismo paternalista que elas dizem combater) (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 54).

## 1.2. O Negro e o caráter assimilacionista segundo Carlos Hasenbalg

Atento às bases do estudo científico e dos subsequentes debates acadêmicos e políticos acerca das relações raciais, Hasenbalg pontua a teoria do ciclo das relações raciais, formulada por Robert E. Park como um dos marcos iniciais da interpretação acadêmica do tema. O autor destaca o caráter assimilacionista das abordagens dadas ao tema, tendenciando-o ao apagamento, conforme descreve que:

As relações raciais tenderiam a se adequar a um ciclo que inclui as etapas de contato, competição, acomodação e assimilação (...) desta forma, a classe social tenderia a substituir raça e etnicidade como critério de estratificação social e fonte de conflito (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 71).

O autor destaca que a premissa assimilacionista - advinda da teoria de Park - na sociologia americana posterior a ele, dentro da lógica do industrialismo e do suposto caráter impessoal dos mecanismos de mercado, pressupõe a existência de uma estrutura aberta de oportunidades. A partir desse destaque, Hasenbalg argumenta que:

(...) dada a lógica do industrialismo e o caráter impessoal dos mecanismos de mercado, características individuais que não podem ser modificadas, como raça, etnicidade e sexo tendem a ser cada vez menos importantes como fontes de estruturação das relações sociais (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 72).

Hasenbalg contextualiza o mecanismo racial invisível que opera dentro da lógica assimilacionista a partir de a historiografia estadunidense, tomando como exemplo o processo de imigração das minorias étnicas europeias, destacando que estas ingressaram nos Estados Unidos:

(...) a partir de uma situação desfavorável devido ao preconceito do grupo dominante, à ausência de familiaridade com os padrões culturais vigentes e à falta de habilidades para competir exitosamente no novo país. Porém, com o passar do tempo as minorias imigrantes aprenderam a cultura dominante,

desenvolveram as habilidades requeridas e se deslocaram para cima na hierarquia ocupacional. Nesta abordagem as minorias raciais, as últimas a migrar para as grandes cidades, são vistas como estando numa situação basicamente igual à das minorias étnicas européias no passado. A partir desta semelhança aparente com o imigrante segue-se que o ritmo de incorporação do negro e outras minorias raciais depende fundamentalmente de: a) a diminuição do preconceito do grupo branco e b) a aquisição pelas minorias raciais das normas culturais apropriadas à competição social na sociedade americana. No que se refere ao preconceito e discriminação do grupo branco, além da tendência a subestimar seus efeitos, existe um otimismo geral sobre as possibilidades de sua diminuição através da persuasão moral e contínuo esclarecimento do grupo dominante. Por sua vez, o ritmo lento ou até a ausência de progressos no processo de incorporação é explicada por alguns autores da escola assimilacionista como resultado do fracasso ou incapacidade das minorias raciais em operar as adaptações culturais necessárias. A cultura da pobreza e formas anormais de organização social e familiar constituem a explicação do confinamento das minorias raciais na base da hierarquia social, por baixo da linha oficial da pobreza (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 72-73).

Diante da negligência acerca da abordagem do racismo como fator explicativo para as desigualdades econômicas e sociais, "as vítimas são responsáveis pelos seus próprios defeitos que explicam sua contínua subordinação social" (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 74). Essa lógica seguiu forte até que, na década de 1960, começou a entrar em colapso diante da atuação política das minorias raciais - especialmente na mobilização política do negro estadunidense. O autor afirma que:

No clima de reafirmação da consciência étnica e nacionalismo cultural característico do ativismo das minorias raciais naquele período, intelectuais e militantes dessas minorias passaram a definir a relação de negros, índios, chicanos (...) e outros grupos com a sociedade americana como a de colônias internas. O modelo de colonialismo interno, inspirado nas situações do colonialismo e neocolonialismo europeu, através da ênfase nas dimensões política e cultural da opressão racial, tendeu a demonstrar que assimilação e integração estavam longe de constituir as tendências mais significativas da dinâmica das relações raciais (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 74-75).

Em contraponto a esse modelo, Hasenbalg destaca a interpretação marxista - que caracteriza o racismo, preconceito e discriminação raciais como subprodutos necessários do desenvolvimento capitalista, "(...) implementados e manipulados pela classe dominante com os objetivos de manter uma força de trabalho explorável" (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, P. 76) - em outras palavras, o marxismo considera a exploração racial como um mero aspecto do problema de proletarianização do trabalho, tramado pela classe dominante como mais uma de suas práticas exploratórias em função da manutenção de seus poderes. O autor enfatiza no caráter unilateral e simplificador dessa leitura, destacando que:

O relegamento do preconceito racial, racismo e identidades étnicas à esfera superestrutural, reflexo das relações de classe, subestima o papel dos fenômenos raciais e étnicos na análise de sociedades plurirraciais e

multiétnicas. insistência em conceitualizar o negro simplesmente como um segmento explorado (ou superexplorado) da classe trabalhadora e explicar as hierarquias raciais unicamente em termos dos interesses e estratégias da classe capitalista tende a ofuscar o que há de específico na opressão racial." (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 77-78).

A partir desta pontuação, o autor demonstra que, para além dos interesses das grandes empresas e seus dirigentes, a população branca, de uma maneira geral, mantém a população negra em constante subordinação. Hasenbalg ilustra esse exemplo com a citação do historiador marxista de inspiração gramsciana, Eugene Genovese:

A complexidade e dificuldade do problema racial são ainda mais obscurecidos pela tendência a ver a população negra dos Estados Unidos simplesmente como uma classe explorada ou, ainda mais confusamente, como um dentre um número de grupos étnicos que o capitalismo tem oprimido de várias maneiras. Os negros americanos constituem não tanto uma classe como uma nação, sua experiência nos Estados Unidos tem sido única. (...) A nacionalidade negra emerge de duas fontes: uma comunidade de interesses em uma sociedade virulentamente racista; e uma cultura particular que tem sido ela mesma um mecanismo de sobrevivência tanto como de resistência à opressão racista. Ao mesmo tempo, os negros vivem entre brancos e fazem parte da cultura nacional americana. Em definitivo, eles tanto são parte como estão aparte da nação americana" (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 78-79).

Um segundo ponto levantado por Hasenbalg acerca da teoria marxista se refere à concepção de que a linha racial se coloca como um obstáculo à unidade da classe trabalhadora. O autor destaca que esta dificuldade reside no abismo "(...) entre a teoria e a realidade, representada pelo racismo da classe trabalhadora branca" (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, P. 79). Essa redução reduz e simplifica as profundas raízes históricas do racismo de tal forma que:

(...) subestima os benefícios econômicos e não econômicos acumulados ao longo do tempo por uma parcela significativa da população branca pelo simples confinamento do negro às posições inferiores da hierarquia social. De fato, o resultado das práticas racistas de seleção social é o acesso preferencial dos brancos às posições de classe que comportam maior remuneração, prestígio e autoridade (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 80).

Hasenbalg destaca, ainda, uma outra variante da análise de classe - formulada por Edna Bonacich -, que busca explicar o racismo a partir de a competição entre grupos de trabalhadores, considerando a variação de recursos e demandas de trabalhadores a partir de diferentes por etnia, no sugerindo que o grupo melhor remunerado (usualmente branco) é ameaçado pelo grupo mais barato - que, por sua vez, é utilizado em função dos interesses das empresas. O autor argumenta que essa formulação

(...) apresenta uma visão simplificada da estrutura de classes, composta só de capitalistas e trabalhadores diretamente produtivos. A decorrência disso consiste em escamotear a responsabilidade dos empregadores pela exclusão do negro nos crescentes setores da classe média assalariada. Em segundo lugar, se a hipótese de Bonacich fornece uma boa descrição das motivações e comportamento de um setor da classe operária branca, ao mesmo tempo hiperdimensiona a importância e poder desse grupo para implementar os arranjos de exclusão e casta. Alternativamente pode-se sugerir que a posição do negro na estrutura de classes obedece aos efeitos combinados das mudanças na composição da força de trabalho requeridas pelo desenvolvimento capitalista e o nível e qualidade das práticas racistas de seleção social e ocupacional (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 82-83).

Hasenbalg destaca três linhas de pesquisa que relacionam raça, classe e desigualdades sociais no Brasil. A primeira linha se manifesta na ideologia freyriana que comporta a crença de democracia racial. O autor destaca que "a consequência implícita desta ideia é a ausência de preconceito e discriminação raciais e, portanto, a existência de iguais oportunidades econômicas e sociais para negros e brancos" (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, P. 84) enfatizando, ainda, que "(...) na sociedade brasileira, hierárquica e permeada por grandes desigualdades sociais, o ideal de igualdade de oportunidade é predicado fundamentalmente no terreno racial" (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, P. 84).

A partir de a ideologia freyriana surge a segunda linha de pesquisa que, embora evidencie alguma relação entre cor e posição social, tira como conclusões que:

(a) existe preconceito no Brasil, mas é mais preconceito de classe do que de raça; (b) a forte consciência das diferenças de cor não está relacionada à discriminação; (c) estereótipos e preconceitos negativos contra o negro são manifestados mais verbalmente do que a nível do comportamento; e (d) outras características tais como riqueza, ocupação e educação são mais importantes que a raça na determinação das formas de relacionamento inter-pessoal (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 85).

Por fim, a terceira linha destacada por Hasenbalg mensura autores como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, destacando dentro de tais análises que

O reconhecimento de que o racismo à brasileira pode ser mais do que um fenômeno transitório se encontra apenas em algumas passagens isoladas onde se contempla a possibilidade de uma solidificação do paralelismo entre raça e posição na estrutura social (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 87-88).

Com esse destaque, o autor conclui que a perspectiva assimilacionista reside nessas três abordagens, sendo que:

Num caso, o papel da raça na geração das desigualdades sociais é negado, noutro o preconceito racial é reduzido a um fenômeno de classe e, por último, a discriminação racial constitui um resíduo cultural do já distante passado

escravista. Nenhuma destas perspectivas considera seriamente a possibilidade de coexistência entre racismo, industrialização e desenvolvimento capitalista (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 88).

Com base no levantamento das três linhas de pesquisa que relacionam raça, classe e desigualdades sociais no Brasil, Hasenbalg argumenta que, da perspectiva social e histórica, o marcador da raça funciona como um dos mais importantes critérios na distribuição de indivíduos na hierarquia social e que, no que se condiz às desigualdades raciais contemporâneas, quanto mais estas se mantêm ao longo do tempo "(...) menos se pode invocar a escravidão como uma causa da atual subordinação social do negro" (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, P. 90). O autor toma como exemplo dessa afirmativa dois aspectos que ainda seguem contemporâneos: a distribuição geográfica entre brancos e negros e as persistentes práticas racistas do grupo dominante.

No que condiz ao primeiro aspecto, Hasenbalg destaca a assimetria entre o número de negros residentes nas regiões agrárias e menos desenvolvidas do Brasil "(...) onde as oportunidades econômicas e educacionais são muito menores do que no sudeste, onde se concentra a parte majoritária da população branca" (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, P. 90). No que condiz às práticas discriminatórias, o autor pontua que:

Quando são considerados os mecanismos sociais que obstruem a mobilidade social ascendente do negro, às práticas discriminatórias dos brancos devem ser acrescentados os efeitos derivados da internalização pela maioria da população negra de uma auto-imagem desfavorável. Esta visão negativa do negro começa a ser transmitida nos textos escolares e está presente numa estética racista veiculada permanentemente pelos meios de comunicação de massa, além de estar incorporada num conjunto de estereótipos e representações populares. Desta forma, as práticas discriminatórias, a tendência a evitar situações discriminatórias e a violência simbólica exercida contra o negro reforçam-se mutuamente de maneira a regular as aspirações do negro de acordo com o que o grupo racial dominante impõe e define como os 'lugares apropriados' para as pessoas de cor (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 91).

Baseado nos dados da PNAD e nos censos demográficos disponíveis no período do desenvolvimento de sua obra - mas não por isso distantes da contemporaneidade -, Hasenbalg destaca o acentuado diferencial em favor do branco em termos de ocupação e renda se devem ao fato de que:

(a) os não-brancos obtêm consistentemente menos educação que os brancos da mesma origem social; (b) considerando pessoas com o mesmo nível educacional, os não-brancos tendem a concentrar-se em níveis ocupacionais mais baixos do que os brancos; (c) considerando também pessoas com a

mesma educação, os não-brancos obtêm consistentemente uma remuneração menos que os brancos (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 96).

Por fim, Hasenbalg caracteriza sua crítica ao assimilacionismo justamente nas diferenças não explicadas que conferem vantagens à população branca, argumentando que "estas diferenças não explicadas devem ser interpretadas como consequências do racismo e das práticas discriminatórias sofridas pelo grupo não-branco" (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, P. 96) e, com isso, conclui que, diante dessa desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social, "(...) parece muito pouco provável que o ideal da igualdade racial seja atingido através de um mecanismo calcado no mercado" (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, P. 99)

### **1.3. Os homens negros, masculinidades e racismo**

Conforme demonstrado até aqui, a crítica levantada por Gonzales e Hasenbalg se contrapõe a um conglomerado de diversas perspectivas a respeito da questão racial nas ciências sociais, questionando as metodologias e os interesses destas narrativas – que, por vezes, terminam por distorcer questões de gênero, raça e classe. Visando um aprofundamento crítico a respeito de algumas características sociais desse *modus operandi* introduzida pelos autores, e na tentativa de descrever a aparente entropia exercida pela concomitância entre os marcadores de raça e gênero, o autor, Deivison Faustino Nkosi, através do artigo "O Pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo", traz a metáfora de Leroy Eldridge Cleaver, que descreve a existência de um eu integralmente único na generidade humana e nos introduz em sua transmutação, ao afirmar que:

(...) em algum passado nebuloso inalcançável, este Eu outrora pleno, foi irreversivelmente cindido (seccionado) em dois hemisférios antagônicos, deixando ambos os lados incompletos e irresistivelmente atraídos por seu-outro, em busca de uma fusão (sexual) apocalíptica (NKOSI, 2014, p. 78).

A partir de a leitura de Cleaver, Nkosi descreve que, no modelo de sociedade de classes vigente, o Eu está fracionado de forma não harmoniosa e não negociada de tal maneira que homens e mulheres são racializados e separados, de acordo com seu sexo biológico, de forma que estes "(...) são divididos os que controlarão a

sociedade (administradores onipotentes) e os que executarão atividades braçais (os criados supermasculinos)" (NKOSI, 2014, p. 78).

Essa divisão social ocidental impõe ambiguidades que regem profundas desigualdades. Nela, estabelece-se uma caótica cisão entre mente e corpo que termina por desvalorizar o segundo. De acordo com Nkosei (apud CLEAVER, 1971, p. 79), "a fraqueza, a fragilidade, a covardia, e a efeminização estão, entre outros atributos, associados à Mente. O vigor, a força bruta, a robustez, a virilidade, e a beleza física estão associados ao Corpo". A partir de a descrição de Cleaver, Nkosi indaga, justamente, se a busca da parte dos Administradores Onipotentes por determinados padrões físicos de virilidade não se dá pelo reflexo recalcado da ausência. Da mesma maneira, a partir de a metáfora proposta por Cleaver, Nkosi nos leva a mesma reflexão acerca da figura da mulher das classes dominantes, afirmando que, "(...) em virtude da efeminização de seu parceiro (alienado de seu corpo) e para contorná-la de forma que os atributos dele sejam percebidos como masculinos, torna-se ultrafeminina" (NKOSI, 2014, p. 79). Nkosi observa que tal atitude só é possível porque, "na sociedade de classes, ela pode transferir 'suas' tarefas braçais (ligadas às funções domésticas na sociedade patriarcal) às mulheres das classes subalternizadas" (NKOSI, 2014, p. 79). A consequência disso, para as mulheres subalternizadas, é que estas passam a ter sua feminilidade proporcionalmente diminuída.

No que condiz ao corpo do criado supermasculino, este é visto pelo administrador onipotente como uma constante ameaça que, mesmo detendo controle sobre o corpo do criado, "(...) não consegue esconder o medo e a inveja do vigor deste outro negado em si" (NKOSI, 2014, p. 80). O criado supermasculino, por sua vez, pode tanto negar essa lógica de dominação quanto desejar o lugar de seu senhor. Nkosi ainda destaca a tendência de expectativa projetada sobre o negro nesse modelo de sociedade:

Tende-se a esperar que o negro seja sempre superdotado de habilidades corporais diversas como dança, futebol, força física e outras atividades relacionadas à virilidade típica dos criados supermasculinos. Dificilmente, quando queremos eleger atributos positivos aos negros ou aos africanos, conseguimos ultrapassar essas prerrogativas racializadas criadas pela sociedade colonial. (NKOSI, 2014, p. 81).

Com isso, o autor conclui que, em uma sociedade de classe racista, como o Brasil, a raça tem um valor simbólico determinante no condiz às posições na estrutura

de classe e que, no que condiz ao homem negro, a escravidão segue impressa em seu corpo e lhe confere até os dias de hoje os diversos atributos associados aos criados supermasculinos. Dessa maneira, "o negro, mesmo que não saiba disso, mesmo que tente buscar outras significações e corporeidades, será visto e terá que de uma forma ou de outra dialogar com estas expectativas" (NKOSI, 2014, p. 81).

Segundo Nkosi, um ponto fundamental para se compreender a questão racial – e que podemos observar como um *status quo*, independentemente do espectro político – é entender que a racialização coloca na subjetividade tanto brancos quanto negros. O autor afirma que:

(...) esse é um dos aspectos importantes da racialização: a crença na superioridade corporal do negro é irmã gêmea da crença em sua inferioridade intelectual, assim como a crença na superioridade intelectual do branco é irmã gêmea da crença em sua inferioridade corporal diante do negro. Isso significa, antes de qualquer coisa, que o elogio ao (descomunal, excessivo e animalizado) pênis e/ou desempenho sexual do negro muitas vezes esconde justamente a impossibilidade de reconhecer sua humanidade em outras instâncias da vida" (NKOSI, 2014, p. 85).

Representando uma ameaça à ordem simbólica – que determina os espaços em função da corporeidade e que, sob uma lógica de adestramento, posiciona o negro em um profundo, insalubre e longínquo lugar de subalternidade – o autor observa muito atentamente que homens negros, especialmente a partir de o momento do pós-abolição, "(...) terão ainda mais dificuldades de corresponder aos ideais hegemônicos de masculinidade e sua sina frequentemente oferecerá aparente comprovação à tese lombrosiana de que é naturalmente vagabundo, degenerado e vadio" (NKOSI, 2014, p. 86).

Nkosi argumenta que a concomitância entre os padrões de opressão de gênero e raça impõe que determinados elementos representam exclusivamente os brancos, enquanto os negros representam o total oposto, muitas vezes antagonizando homens negros e mulheres negras. Desta maneira, conforme destaca o autor, a invisibilidade do homem negro é imposta pelo administrador onipotente, "(...) que define os termos do que é ser homem" e que, com seu narcisismo, se mostra "(...) incapaz de conceber o 'outro', a não ser que ele esbarre em seu caminho (ou o ideal de masculinidade) ou potencialize o seu protagonismo" (NKOSI, 2014, p. 90). O autor que, a partir de o momento em que abre mão do corpo, o administrador onipotente transfere suas características ao subordinado, transformando-o em puro corpo, sem interdições e,

por esta razão, uma espécie de anomalia que precisa ser controlada”. Nkosi conclui que, desta perspectiva:

(...) o homem negro não é homem de verdade: dadas as barreiras objetivas e subjetivas oferecidas pela sociedade colonial (durante e após a escravidão), não dispõe dos recursos sociais necessários para corresponder às expectativas patriarcais de masculinidade (NKOSI, 2014, p. 90).

Portanto, considerando tais estereótipos não apenas reduções mas, também, distorções dos mais profundos e minuciosos aspectos da vida civilizada, o negro que não corresponde a estes está exposto a um intenso sofrimento psíquico dentre de qualquer meio, pois, "(...) além de não ser reconhecido como homem por ser negro, não consegue ser reconhecido como homem negro em todos os atributos reificados que envolvem este reconhecimento" sendo constantemente condenado ao posto de "um desvio dos desviados" (NKOSI, 2014, p. 92).

No que condiz à sociabilidade violenta, o autor argumenta, através da literatura de Clóvis Moura, que, apesar da historiografia pontuar, a partir de o período da escravidão, o aprisionamento por meio da intensa contenção física, tal controle tinha – e hoje, mesmo após o regime, ainda tem – como elemento central a repressão da linguagem "(...) que resultava em um estado psíquico de permanente tensão e conflito" (NKOSI, 2014, p. 95). Nkosi demonstra, a partir de Moura, que o medo do escravo se expressar verbalmente - e, ocasionalmente, entrar em conflito com seu senhorio - poderia representar uma agressão à disciplina e que, por essa razão, o escravizado "(...) muitas vezes achava mais fácil uma agressão física, uma violência corporal a uma ofensa verbal, a um xingamento (...) ou mesmo uma simples frase de descontentamento contra ordem recebida" (apud MOURA, 1994, p. 95). Tal mecanismo inibidor

(...) poderá ter sido a causa de muita violência dos escravos sem razões aparentes. (...) Estes atos eram a conclusão de um longo período de mutilação interior do seu pensamento que protestava, mesmo intuitivamente, contra a situação atual na qual se encontrava. (apud MOURA, 1994, p. 95).

Da mesma maneira, no que condiz ao patriarcado e às inúmeras contradições resultantes a partir a concomitâncias destas estruturas de opressão, a partir de a leitura de Cleaver à Davis, o autor aponta para a armadilha que um confronto acrítico contra o poder branco pode pregar ao não buscar desfazer dos estereótipos patriarcais:

A afirmação da virilidade do homem negro foi acompanhada pela idealização do modelo nuclear burguês de família que reforça expectativas limitadoras em

relação tanto às mulheres negras, ao inviabilizar a participação delas nos espaços públicos de luta e, ao mesmo tempo, quanto à situação de violência doméstica vivida por elas (NKOSI, 2014, p. 98).

Por fim, dadas todas as condições pelas quais o homem negro contemporâneo é submetido, o autor enfatiza que, embora homens negros não estejam isentos de encarar os problemas e dilemas comuns do homem contemporâneo, há uma absoluta necessidade de se discutir masculinidades negras em função do:

(...) caráter colonial das masculinidades hegemônicas, tanto para compreender as outras masculinidades invisíveis em sua generalização abstrata, quanto as próprias masculinidades hegemônicas em suas intersecções de poder sobre mulheres e outros homens (NKOSI, 2014, p. 103)

## **CAPÍTULO 2 – CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA CIENTÍFICA SOBRE O PRECONCEITO RACIAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE: UMA REVISÃO SISTEMATIZADA**

Este capítulo tem como objetivo levantar e apresentar autores da literatura nacional, por meio de artigos científicos nacionais, que discutam sobre os diferentes aspectos do preconceito racial que estão presentes no capitalismo dependente brasileiro. A metodologia adotada para a realização da revisão da literatura científica tem como base a seguinte pergunta: *Como a literatura vem abordando os diferentes aspectos do preconceito racial a partir da perspectiva da população negra no capitalismo dependente?*

A pergunta abre os caminhos para a realização da pesquisa de artigos científicos a partir de a base de dados disponível na SciELO - uma vasta biblioteca eletrônica fruto parceria entre a FAPESP, a BIREME e o CNPq, que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos e que visa, através deles, o desenvolvimento de uma metodologia comum para o desenvolvimento e disseminação da produção científica em formato digital.

O processo de busca dos artigos originou-se a partir de a seleção de itens chave extraídos da pergunta, assim como, também, de alguns termos similares à temática do racismo e do capitalismo dependente, sendo eles: I) Preconceito; II) Discriminação; III) Raça; IV) Racismo; V) Negros; VI) Negra; VII) Negritude; VIII) Afro; IX) Capitalismo; X) Dependente; e XI) Dependência.

A primeira busca partiu da seleção dos termos combinados, quatro a quatro, expondo o grupo compreendido no intervalo de I-IV com o grupo do intervalo de V-VIII, resultando:

<b>TERMO PESQUISADO</b>	<b>RESULTADOS</b>
"PRECONCEITO" AND "NEGROS"	32
"PRECONCEITO" AND "NEGRA"	24
"PRECONCEITO" AND "NEGRITUDE"	1
"PRECONCEITO" AND "AFRO"	1
"DISCRIMINAÇÃO" AND "NEGROS"	50
"DISCRIMINAÇÃO" AND "NEGRA"	30
"DISCRIMINAÇÃO" AND "NEGRITUDE"	2

"DISCRIMINAÇÃO" AND "AFRO"	2
"RAÇA" AND "NEGROS"	124
"RAÇA" AND "NEGRA"	127
"RAÇA" AND "NEGRITUDE"	7
"RAÇA" AND "AFRO"	13
"RACISMO" AND "NEGROS"	145
"RACISMO" AND "NEGRA"	157
"RACISMO" AND "NEGRITUDE"	8
"RACISMO" AND "AFRO"	14
<b>TOTAL</b>	<b>737</b>

A segunda busca seguiu a seleção dos termos combinados, quatro a três, expondo o grupo compreendido no intervalo de V-VIII com o grupo do intervalo de IX-XI, resultando:

<b>TERMO PESQUISADO</b>	<b>RESULTADOS</b>
"NEGROS" AND "CAPITALISMO"	9
"NEGROS" AND "DEPENDENTE"	8
"NEGROS" AND "DEPENDÊNCIA"	7
"NEGRA" AND "CAPITALISMO"	9
"NEGRA" AND "DEPENDENTE"	3
"NEGRA" AND "DEPENDÊNCIA"	6
"NEGRITUDE" AND "CAPITALISMO"	1
"NEGRITUDE" AND "DEPENDENTE"	0
"NEGRITUDE" AND "DEPENDÊNCIA"	1
"AFRO" AND "CAPITALISMO"	2
"AFRO" AND "DEPENDENTE"	0
"AFRO" AND "DEPENDÊNCIA"	2
<b>TOTAL</b>	<b>48</b>

A busca seguinte seleciona os termos combinados, quatro a três, expondo o grupo compreendido no intervalo de I-IV com o grupo do intervalo de IX-XI, resultando:

<b>TERMO PESQUISADO</b>	<b>RESULTADOS</b>
"PRECONCEITO" AND "CAPITALISMO"	1
"PRECONCEITO" AND "DEPENDENTE"	7
"PRECONCEITO" AND "DEPENDÊNCIA"	19
"DISCRIMINAÇÃO" AND "CAPITALISMO"	3
"DISCRIMINAÇÃO" AND "DEPENDENTE"	9
"DISCRIMINAÇÃO" AND "DEPENDÊNCIA"	16
"RAÇA" AND "CAPITALISMO"	10

"RAÇA" AND "DEPENDENTE"	23
"RAÇA" AND "DEPENDÊNCIA"	33
"RACISMO" AND "CAPITALISMO"	19
"RACISMO" AND "DEPENDENTE"	3
"RACISMO" AND "DEPENDÊNCIA"	1
<b>TOTAL</b>	<b>144</b>

A partir dessas combinações, decidiu-se combinar os termos quatro a doze, expondo o grupo compreendido no intervalo de I-IV com o grupo do intervalo de V-VIII com o conector "AND" ligado ao intervalo IX-XI, resultando:

<b>TERMO PESQUISADO</b>	<b>RESULTADOS</b>
"PRECONCEITO" AND "NEGROS" AND "CAPITALISMO"	0
"PRECONCEITO" AND "NEGRA" AND "CAPITALISMO"	0
"PRECONCEITO" AND "NEGRITUDE" AND "CAPITALISMO"	0
"PRECONCEITO" AND "AFRO" AND "CAPITALISMO"	0
"PRECONCEITO" AND "NEGROS" AND "DEPENDENTE"	0
"PRECONCEITO" AND "NEGRA" AND "DEPENDENTE"	0
"PRECONCEITO" AND "NEGRITUDE" AND "DEPENDENTE"	0
"PRECONCEITO" AND "AFRO" AND "DEPENDENTE"	0
"PRECONCEITO" AND "NEGROS" AND "DEPENDÊNCIA"	0
"PRECONCEITO" AND "NEGRA" AND "DEPENDÊNCIA"	0
"PRECONCEITO" AND "NEGRITUDE" AND "DEPENDÊNCIA"	0
"PRECONCEITO" AND "AFRO" AND "DEPENDÊNCIA"	0
"DISCRIMINAÇÃO" AND "NEGROS" AND "CAPITALISMO"	0
"DISCRIMINAÇÃO" AND "NEGRA" AND "CAPITALISMO"	0
"DISCRIMINAÇÃO" AND "NEGRITUDE" AND "CAPITALISMO"	0
"DISCRIMINAÇÃO" AND "AFRO" AND "CAPITALISMO"	0
"DISCRIMINAÇÃO" AND "NEGROS" AND "DEPENDENTE"	2
"DISCRIMINAÇÃO" AND "NEGRA" AND "DEPENDENTE"	0
"DISCRIMINAÇÃO" AND "NEGRITUDE" AND "DEPENDENTE"	0
"DISCRIMINAÇÃO" AND "AFRO" AND "DEPENDENTE"	0
"DISCRIMINAÇÃO" AND "NEGROS" AND "DEPENDÊNCIA"	0
"DISCRIMINAÇÃO" AND "NEGRA" AND "DEPENDÊNCIA"	0
"DISCRIMINAÇÃO" AND "NEGRITUDE" AND "DEPENDÊNCIA"	0
"DISCRIMINAÇÃO" AND "AFRO" AND "DEPENDÊNCIA"	0
"RAÇA" AND "NEGROS" AND "CAPITALISMO"	1
"RAÇA" AND "NEGRA" AND "CAPITALISMO"	1
"RAÇA" AND "NEGRITUDE" AND "CAPITALISMO"	1
"RAÇA" AND "AFRO" AND "CAPITALISMO"	0
"RAÇA" AND "NEGROS" AND "DEPENDENTE"	0
"RAÇA" AND "NEGRA" AND "DEPENDENTE"	1

"RAÇA" AND "NEGRITUDE" AND "DEPENDENTE"	0
"RAÇA" AND "AFRO" AND "DEPENDENTE"	0
"RAÇA" AND "NEGROS" AND "DEPENDÊNCIA"	2
"RAÇA" AND "NEGRA" AND "DEPENDÊNCIA"	4
"RAÇA" AND "NEGRITUDE" AND "DEPENDÊNCIA"	0
"RAÇA" AND "AFRO" AND "DEPENDÊNCIA"	0
"RACISMO" AND "NEGROS" AND "CAPITALISMO"	2
"RACISMO" AND "NEGRA" AND "CAPITALISMO"	2
"RACISMO" AND "NEGRITUDE" AND "CAPITALISMO"	0
"RACISMO" AND "AFRO" AND "CAPITALISMO"	1
"RACISMO" AND "NEGROS" AND "DEPENDENTE"	3
"RACISMO" AND "NEGRA" AND "DEPENDENTE"	1
"RACISMO" AND "NEGRITUDE" AND "DEPENDENTE"	0
"RACISMO" AND "AFRO" AND "DEPENDENTE"	0
"RACISMO" AND "NEGROS" AND "DEPENDÊNCIA"	0
"RACISMO" AND "NEGRA" AND "DEPENDÊNCIA"	0
"RACISMO" AND "NEGRITUDE" AND "DEPENDÊNCIA"	0
"RACISMO" AND "AFRO" AND "DEPENDÊNCIA"	0
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>

<b>QUADRO</b>	<b>RESULTADOS</b>
1	737
2	48
3	144
4	21
<b>Total</b>	<b>950</b>

A partir de a combinação dos termos "PRECONCEITO RACIAL" AND "POPULAÇÃO NEGRA"; "POPULAÇÃO NEGRA" AND "CAPITALISMO DEPENDENTE"; "PRECONCEITO RACIAL" AND "CAPITALISMO DEPENDENTE"; e "PRECONCEITO RACIAL" AND "POPULAÇÃO NEGRA" AND "CAPITALISMO DEPENDENTE" chegou a um total de novecentas e cinquenta publicações selecionadas.

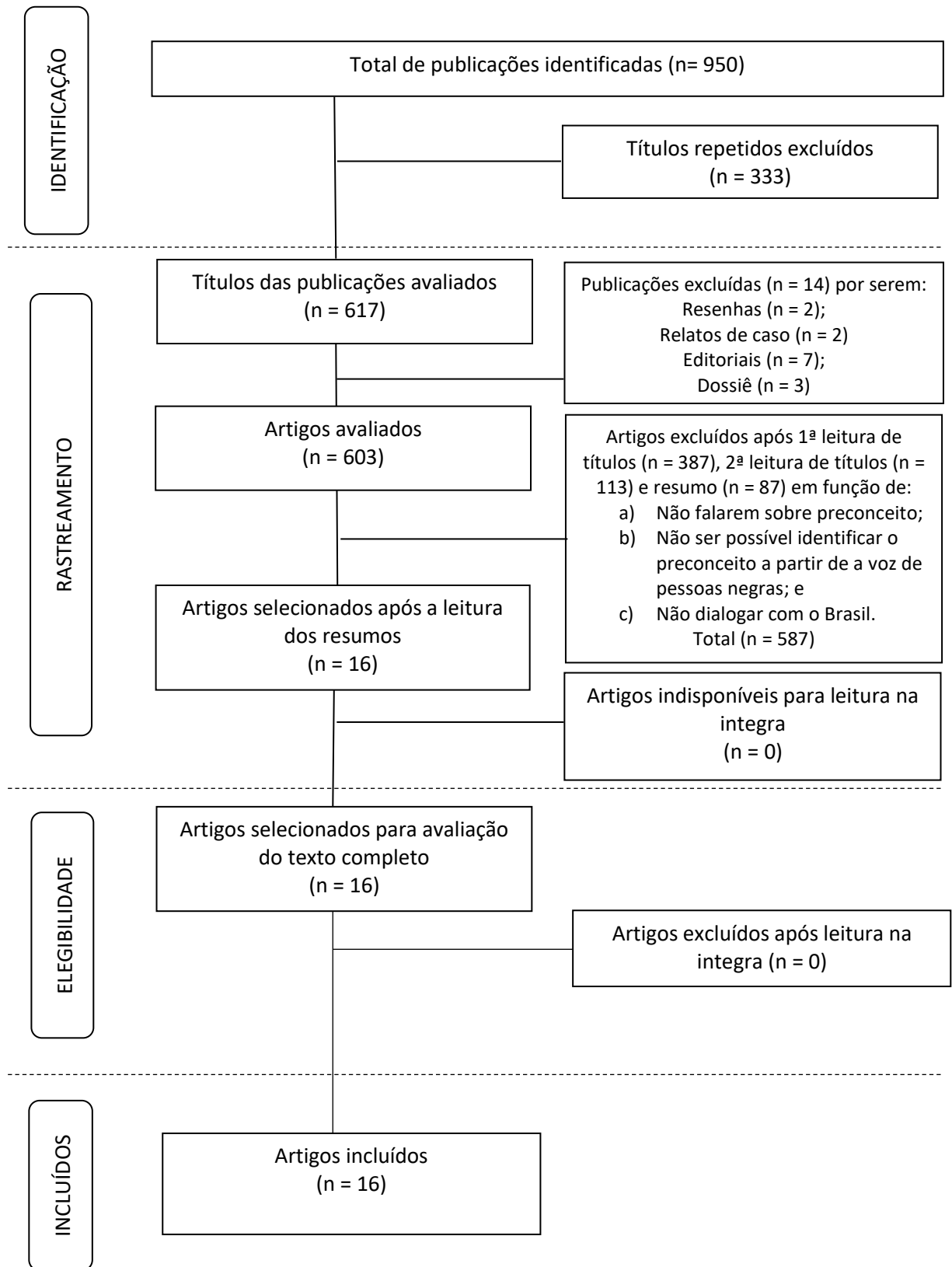
Das novecentas e cinquenta publicações, trezentas e trinta e três eram repetidas. Das seiscentas e dezessete publicações restantes, realizou-se uma nova seleção, que teve como critério a escolha de publicações de artigo - eliminando um total de quatorze publicações das quais correspondiam a duas resenhas, dois relatos de caso, sete editoriais e três dossiês; preservando, assim, seiscentas e três

publicações. A próxima etapa, de exclusão após leitura de títulos, dividiu-se em dois momentos: um primeiro com a eliminação de trezentos e oitenta e sete artigos e um segundo com a eliminação de cento e treze artigos - totalizando, assim, quinhentos artigos eliminados e cento e três artigos preservados para a próxima etapa. Observa-se que, nesta etapa, os critérios inclusão dos artigos se apoiaram nos itens e termos chave utilizados na pergunta de pesquisa.

Com os cento e três artigos filtrados até esse ponto, iniciou-se a análise dos resumos destes com o intuito de filtrar os que estão relacionados à pergunta da pesquisa. Desta maneira, foram excluídas oitenta e sete publicações com base nos critérios já citados, restando, assim, dezesseis artigos para a realização da revisão.

Para a visualização desse processo de busca dos artigos científicos, apresenta-se a Figura 1 a seguir:

**Figura 1.** Fluxograma do processo de seleção dos artigos incluídos na revisão



### **2.1.1. Resultados da revisão**

Para o conhecimento dos 16 artigos encontrados na literatura científica, sintetizamos seus principais argumentos de acordo com o Quadro-síntese 1. Aqui, relacionamos os argumentos em três abordagens: a) abordagem sobre o preconceito racial; b) abordagem sobre o preconceito segundo as pessoas negras; e c) abordagem sobre o preconceito e sua relação com o capitalismo dependente brasileiro.

**QUADRO 1: Relação de artigos incluídos segundo ano, autor, objetivo e metodologia**

Autor/Ano	Objetivo	Método	Preconceito racial	O preconceito segundo pessoas negras	O preconceito e sua relação com o capitalismo dependente
FERREIRA, R.F. (2002)	Descrever acontecimentos que revelam formas pelas quais o preconceito é veiculado.	Ensaio	Ressalta-se como características do racismo brasileiro 1) a terceirização da responsabilidade por sua reprodução (e, a partir desta, uma densa barreira para a promoção de melhorias das condições sociais da população negra); 2) a culpabilização da vítima do preconceito por seu destino 3) e o estímulo à negação de tais características fenotípicas.	Apresentam-se os relatos de algumas experiências vividas por três mulheres negras para a ampliação da compreensão dos aspectos da construção da identidade do brasileiro afro descendente.	Embora o artigo não faça referência direta ao capitalismo dependente, destaca-se, nos fatores apontados pelo autor como favoráveis ao desenvolvimento do preconceito na forma de expressão que vemos no Brasil, a persistente busca da cultura brasileira pelos valores europeus.
LIMA, M. E; VALA, J. (2004)	Analisar novas teorias sobre o preconceito e sobre o racismo discorrendo sobre o suporte empírico que fundamenta cada uma dessas teorias.	Ensaio	Situa o preconceito racial como algo fluído, que sofisticava suas formas de expressão em comportamentos cotidianos – embora negue a existência deste em sociedades pré-capitalistas.	Não apresenta relatos de pessoas negras.	Refere-se ao peso da escravidão nos séculos de exploração do trabalho forçado de negros índios.
BIDERMAN, C; GUIMARÃES, N. A. (2004)	Analisar, a partir de dados da PNAD e variáveis predefinidas o nível de discriminação prevalente no mercado de trabalho contra pessoas negras.	Quantitativo	Analisa o impacto das estruturas de opressão de raça e gênero na colocação do mercado de trabalho, utilizando variáveis estritas. A restrição de variáveis faz dessa fotografia uma abstração distante de uma realidade que pouco trata sobre características sociológicas importantes de pessoas negras.	Não apresenta relatos de pessoas negras.	Embora não questione ou cite o capitalismo dependente, é realizada uma crítica a respeito do universalismo, presente nos novos paradigmas de organização de trabalho, que supostamente abomina o particularismo e preza pela gestão de competências na alocação dos postos do mercado de trabalho.

VASCONCELO S, T. C, <i>et al.</i> (2004)	Conhecer como os valores humanos estão relacionados às atitudes preconceituosas e à intenção em manter o contato social com pessoas negras.	Quantitativo	O estudo busca conhecer o papel dos valores humanos por trás de atitudes preconceituosas no contato social com pessoas negras por meio de um questionário qualitativo, com cinco indicadores positivos e cinco negativos sobre pessoas negras, veiculado para um número de 303 participantes.	Não apresenta relatos de pessoas negras.	Não aborda ou mesmo cita o capitalismo dependente brasileiro.
NUNES, S.S. (2006)	Analisar o discurso científico legitimado pela importação de teorias raciais europeias no início do século XX e sua particular apropriação pelos intelectuais brasileiros.	Ensaio	Destaca-se como características culturais a perene insistência no apagamento da memória a respeito da barbárie da escravidão e a persistência do mito da democracia racial como artifícios para o não reconhecimento do racismo brasileiro. O estudo destaca a característica mutável do preconceito racial, que muda em sua forma mas preserva sua essência.	Não apresenta relatos de pessoas negras.	A autora destaca a lógica eurocêntrica, típica das elites dependentes, no processo de construção do Brasil nos primeiros anos do pós escravidão, que subjugava e culpabiliza o negro pelo atraso do desenvolvimento do país
HOFBAUER, A. (2006)	Analisar a percepção de alunos sobre a implementação de ações afirmativas.	Ensaio	Destaca o problema da discriminação racial como um consenso entre especialistas e a polarização destes acerca da implementação ou não de ações afirmativas. Para isso, o autor investiga a aceitação da ideia de preconceito racial tanto em autores que consideram este um subproduto das relações econômicas quanto em autores que não o consideram.	Não apresenta relatos de pessoas negras.	O autor compila teorizações de diversos sociólogos - algumas das quais descreve como "economicistas" - que, nestas passagens, descrevem o papel da mão de obra negra escravizada na formação econômica e social do Brasil.

<p>LIMA, M.E.O. <i>et al.</i> (2006)</p>	<p>Analisar o papel dos contextos de resposta no preconceito automático.</p>	<p>Qualitativo</p>	<p>O estudo questiona a existência de poucos estudos dispostos à análise do papel das normas sociais e ideologias (interpessoais e intergrupais) na construção de representações cognitivas preconceituosas contra indivíduos negros - sendo, inclusive, desconhecido pelos autores, até o momento da construção do estudo, qualquer trabalho que tenha analisado essa problemática no Brasil. Partindo dessa constatação, o estudo aplica um teste com latência de resposta disposto em duas linhas de hipótese: I) a de que existe um preconceito automático contra negros; e II) de que o preconceito é regido por normas e contextos sociais competitivos. Essas duas linhas de hipótese são conduzidas em três estudos diferentes.</p>	<p>Dentre os três estudos supracitados, em dois deles é informada a presença de estudantes "não brancos". Porém, apenas por essa informação, não é possível saber necessariamente se, objetivamente, trata-se de pessoas negras.</p>	<p>Não aborda ou mesmo cita o capitalismo dependente brasileiro.</p>
<p>MACHADO, E.A; BARCELOS, L.C. (2001)</p>	<p>Analisar, a partir de pesquisa qualitativa, alguns aspectos da vivência de estudantes universitários.</p>	<p>Descritivo/ Qualitativo</p>	<p>O estudo analisa, a partir de aspectos de vivência de estudantes universitários, qual a percepção destes a respeito das relações raciais no Brasil.</p>	<p>Não apresenta relatos de pessoas negras.</p>	<p>Embora o texto não aborde sobre elites dependentes, os resultados de sua pesquisa apontam para uma diferença alarmante na forma com que alunos de universidade pública e particular encaram medidas equitativas - sendo que esses primeiros apresentam maior resistência em relação a medidas equitativas.</p>

FERREIRA, R.F; CAMARGO, A.C. (2011)	Ressaltar alguns processos aos quais a pessoa negra está submetida na construção de sua identidade.	Ensaio	O estudo investiga o preconceito racial em situações cotidianas, com ênfase na compreensão da reprodução de normas sociais dominantes.	Estudos baseados em alguns depoimentos, especialmente de Lígia, mulher negra, 34 anos, professora de uma escola pública.	Evidencia a natureza assimilacionista da elite dependente, que se identifica como branca.
LINS, S.L.B. <i>et al.</i> (2017)	Avaliar se os indivíduos percebem dissimilaridades entre os valores atribuídos a si mesmos e se essas dissimilaridades podem seguir uma lógica preconceituosa, expressando de forma sutil o preconceito racial.	Ensaio	Estabelece critérios comportamentais a respeito de estereótipos e percepções sobre brancos e negros.	O estudo estabelece uma pesquisa comparativa entre brancos e negros, porém sem controlar a participação dos entrevistados em função da cor.	O estudo aborda a questão de classe pela perspectiva pela análise dos valores correspondentes às tendências ideológicas com as quais os grupos sociais se identificam.
DAFLON, V.T; CARVALHARE S, F; JÚNIOR, J. F. (2017)	Formular algumas hipóteses para explicar a divergência entre a discriminação detectada pelas análises socioeconômicas sobre o racismo sofrido por pessoas pardas e a discriminação percebida por pessoas que se autoclassificam como pardas.	Descritivo/ Qualitativo	Analisa, através da desagregação e conjugação de cor, o tratamento conferido à pretos e pardos.	O estudo analisa a percepção de participantes dentre os quais se encontram brancos, pardos, pretos, morenos, amarelos e outros.	Ressalta-se a característica da distribuição econômica brasileira advinda dos padrões impostos pelas elites.
MEDEIROS, P.M; VIEIRA, P.A.S. (2019)	Discussão sobre a racialização advinda do processo histórico de construção da identidade nacional brasileira.	Ensaio	Discussão a respeito da fundamentação da racialização no Brasil.	Não apresenta relatos de pessoas negras.	Confronta o discurso nacional homogeneizante, baseado na crença de uma democracia racial, sustentado pelas elites.
GEDRAT, D. C; ALVES, G. G; SILVA, A. M. P. (2020)	Conhecer a percepção de moradores de um quilombo sobre o preconceito racial vivenciado por eles.	Descritivo/ Qualitativo	Constata um maior poder de reflexão a respeito do racismo no subgrupo de jovens, atribuindo essa capacidade ao nível de escolaridade mais alto que o de gerações anteriores.	O artigo busca entender como os moradores do Quilombo do Areal, Porto Alegre, RS, notam a discriminação racial no dia a dia.	Descrição das raízes do modelo de capitalismo adotado pelos grupos que originaram as atuais elites dependentes.
ERNICA, M; RODRIGUES, E. C. (2020)	Trata das desigualdades de aprendizagem entre grupos sociais em metrópoles.	Quantitativo	Utilizando os marcadores raça e gênero, o estudo investiga a distribuição desigual de oportunidades e resultados educacionais entre regiões das cidades.	Não apresenta relatos de pessoas negras.	Expõe a distribuição desigual e regressiva de oportunidades educacionais, convergente com os ideais das elites dependentes.

<p>BUJATO, I. A; SOUZA, E. M. (2020)</p>	<p>Buscar compreender como acontecem os comportamentos racistas e suas diferentes expressões no contexto universitário, considerando a vivência de docentes negros neste espaço.</p>	<p>Qualitativo</p>	<p>O estudo se propõe a ir além de quantidades e representatividades negras nos espaços, buscando mensurar a forma com que o racismo se materializa e qual seu impacto direto sobre professores negros no contexto universitário.</p>	<p>O estudo apresenta entrevistas com professores negros a respeito de suas vivências no contexto universitário.</p>	<p>Ressalta-se a característica da distinção social brasileira advinda dos padrões impostos pelas elites.</p>
<p>FAUSTINO, D. M; OLIVEIRA, L. M. (2021)</p>	<p>Problematizar a xenofobia e o racismo diante das características históricas e sociais particulares do capitalismo no Brasil.</p>	<p>Ensaio</p>	<p>A partir de pesquisa etnográfica realizada em uma escola pública paulistana, onde foi possível observar um tratamento diferenciado a estudantes imigrantes ou filhos de imigrantes, os autores investigam as concomitâncias entre xenofobia e racismo.</p>	<p>Não apresenta relatos de pessoas negras.</p>	<p>Delineia características que se encaixam no modelo de capitalismo adotado pelos grupos que originaram as atuais elites dependentes, em especial o uso de uma mais valia que é proporcionada pela superexploração de uma mão de obra pouco protegida ou por completo desprotegida pelas legislações trabalhistas.</p>

## 2.1.2 Abordagem sobre o preconceito

A questão racial brasileira, embora tenha recebido maior atenção das academias e movimentos sociais após o período da ditadura, percorre um longo e espinhoso caminho em direção ao seu entendimento. A razão para isso se deve à existência de múltiplas camadas e facetas geradas e desdobradas em seu constante processo de resignificação. De acordo com Nunes:

A esperada cidadania após a abolição não aconteceu e, até hoje, é uma luta constante em uma sociedade em que a desigualdade racial é arraigada e as tentativas de apagar a memória da barbárie contra os escravos são permanentes, quer pela eliminação de documentos, quer pela disseminação do mito da democracia racial (NUNES, 2006, p. 91).

Os autores Lima e Vala, definem o racismo como um processo de "(...) hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa" (LIMA; VALA, 2004, p. 402). Em um cenário historiográfico complexo como o do Brasil, as contradições desse processo encontram um solo fértil para nutrir e aprofundar o contínuo e acelerado processo de resignificações do racismo brasileiro, presente em práticas, locais de fala e ocupações de espaços em relações econômicas e sociais. Essas novas expressões de preconceito (...) "se colocam como um contraponto em relação às expressões tradicionais ou clássicas de racismo; estas típicas dos séculos passados e mais abertas e flagrantes" (LIMA; VALA, 2004, p. 404).

Corroborando com essa constatação, um estudo realizado a respeito das percepções de discriminação no cotidiano de pretos e pardos no Brasil, a partir de dados de 2009 do PNAD, os autores observam que, em todas as categorias, analisadas - sendo elas: renda média do trabalho principal, taxa de analfabetismo da população acima dos 15 anos de idade, anos médios de estudo da população acima de 15 anos, índice de jovens entre 18 e 24 anos que frequentam o ensino superior, pessoas com mais de 25 anos portadoras de ensino superior e pessoas abaixo da linha da indigência - "(...) brancos apresentam vantagens que os distanciam de pretos e pardos e fazem com que as diferenças entre esses últimos pareçam menos significativas" (DAFLON; CARVALHARES; JÚNIOR, 2017, p. 296).

A considerar esse levantamento, torna-se evidente que a compreensão das particularidades deste tipo de racismo requer um esforço transdisciplinar e uma

corajosa abertura ao reconhecimento - e enfrentamento - das contradições trazidas à luz por esse esforço. A valorização das contradições não apenas oferece a possibilidade de contestar um determinado problema no mundo das ideias como, principalmente, transformar a realidade e promover a constante prática da equidade. A exemplo de uma dessas contradições, Ferreira argumenta que:

Parece ser 'politicamente correto' tratar o afro-descendente como 'moreno', palavra fortemente enraizada na cultura brasileira. É um exemplo de uma situação que revela uma estratégia simbólica de fuga de uma realidade em que a discriminação impera. Dessa forma, as pessoas procuram elementos de identificação em símbolos do grupo considerado social e economicamente dominante, no caso o brasileiro branco-europeu (FERREIRA, 2002, p. 72).

No que condiz a essa realidade, Lima e Vala são pragmáticos na afirmativa de que "(...) o preconceito e o racismo quase sempre foram percebidos como sendo um problema do outro e, portanto, distante de cada um de nós", e Ferreira observa que "é muito comum os problemas etnoraciais serem considerados sob o prisma da 'culpabilidade da vítima'" (FERREIRA, 2002, p. 76). Desta maneira, uma das maiores contradições - que, na verdade, são pontos em comum - do racismo e do antirracismo observados em torno da questão racial brasileira, se expressa no fato de que nem sempre sua expressão é linear ou direta, pois "(...) parece decorrer muito mais da construção social da diferença do que da simples percepção, e também do tipo de diferença em causa e do tipo de grupo envolvido na comparação social" (LIMA; VALA, 2004, p. 408).

A não linearidade do racismo brasileiro é resultado de seu contínuo processo de ressignificação ao longo da história brasileira. Segundo Nunes:

Mudaram as aparências, mas a essência das relações sociais não mudou (...) a miséria material, a discriminação e a humilhação vividas pelos afrodescendentes são reduzidas à culpa deles mesmos, por meio de uma manobra ideológica que transforma o que é da esfera das relações de poder em algo natural, inerente à raça. (NUNES, 2006, p. 91).

O ponto central das inúmeras contradições que o racismo impõe, de maneira geral, se expressa no completo desprezo por qualquer senso lógico na justificativa de um tratamento diferenciado para um indivíduo em função de seu fenótipo - se no âmbito das relações pessoais ou institucionais. De acordo com Nunes, em referência à Adorno, na prática:

(...) há diferença de tratamento, por parte da justiça, de brancos e negros. Estes são tratados com mais severidade, desde a instância policial até o tribunal, como se a criminalidade e a possibilidade de "perturbar a ordem social" lhes fosse inerente (ADORNO, 1996 *apud* NUNES, 2006, p. 96).

Tais contradições tornam primordial a adoção de uma leitura transdisciplinar sobre a questão racial brasileira que, para além da questão de classe, considere a existência de um conjunto de relações em um espaço multidimensional e, a partir dessa perspectiva, viabilize meios de ampliação do debate e erradicação dos mecanismos de manutenção dessa estrutura. Ferreira, da perspectiva da psicologia, advoga pela ampliação desse debate, afirmando ser

(...) imprescindível o conhecimento de como os processos psicológicos se dão para a compreensão mais ampliada da problemática do afro-descendente, principalmente frente às armadilhas que um discurso social e político (FERREIRA, 2002, p. 82).

### **2.1.3. Abordagem sobre o preconceito segundo as pessoas negras**

Os estudos encontrados com esse direcionamento, em sua maioria, focam em relatos de situações comuns do cotidiano e seus subseqüentes atos sociais ou em depoimentos de pessoas negras dos quais a população negra é analisada sob contextos de ambientes educacionais dos quais essa população incide em minoria.

Na tentativa de compreender de quais formas o negro brasileiro tem sido exposto diariamente à humilhação, frente aos mecanismos de ultra valorização identitária do branco por trás do ideário branco-europeu, Ferreira e Camargo coletam alguns depoimentos com o objetivo de ressaltar algumas dessas formas – a começar pelo depoimento de Lígia, mulher negra, 34 anos, professora de uma escola pública. No artigo, Lígia diz:

Aí eu não sabia meu lugar, mas sabia que negro eu não era. Negro era sujo, eu era limpa; negro era burro, eu era inteligente; era morar na favela, e eu não morava, e, sobretudo, negro tinha lábios e nariz grossos e eu não tinha. Eu era mulata, ainda tinha esperança de me salvar. (FERREIRA; CAMARGO, 2011, p. 375)

Lins et. Al, ao longo das entrevistas realizadas para o ensaio, em relação aos brancos, que:

(...) os valores que os indivíduos atribuem a si mesmos diferem significativamente daqueles que atribuem aos negros, como posta na hipótese; embora diferenças em relação aos brancos também foram observadas. Os participantes atribuíram, a em maior medida, valores de bem-estar social ao negro, enquanto atribuem a si mesmos os valores das bem-estar, bem como profissionais e religiosos valores. (LINS et Al., 2017, p. 315, tradução nossa)

Esse fenômeno também é visto nas mídias e no âmbito educacional, inclusive em livros didáticos, nos quais o negro é constantemente associado a segmentos sociais considerados de menor valia, o que fornece condições sociais para que este desenvolva uma baixa auto estima “(...) através de uma visão estereotipada acerca de suas características pessoais” (FERREIRA; CAMARGO, 2011, p. 378). O mesmo é visto na diferenciação imposta por professores que, além de diferenciarem alunos com base em características de fenótipo, em muitos dos relatos compilados, “(...) não reconheciam a discriminação e muito menos os efeitos prejudiciais do racismo” (FERREIRA; CAMARGO, 2011, p. 379). O relato de Lígia ilustra a dimensão deste fenômeno:

(...) Eu passei na minha vida por momentos muito ruins... Na infância, era o silêncio...o silêncio escolar e o silêncio do lar acerca do preconceito que sofria. Na rua, eu era chamada de negrinha... Xingada de negrinha. Isso me ofendia demais, pois eu assim o era! Mas só que eu via essa qualidade de uma forma ofensiva. Aí... não tinha ninguém com quem pudesse falar, com quem eu pudesse reclamar, se eu realmente era negra? Então, era aquele silêncio... (FERREIRA; CAMARGO, 2011, p. 380)

Daflon, Carvalhães e Feres Junior, destacam a expressão da morenidade como uma forma de atenuar a marginalização acerca dos aspectos da negritude. Ao longo da pesquisa realizada, os autores identificaram um curioso e expressivo percentual “(...) de pessoas que recusaram as opções preto, pardo, branco e amarelo para escolher espontaneamente a denominação ‘moreno’” (DAFLON, CARVALHARES, FERES JÚNIOR, 2017, p. 300). Neste ponto, Medeiros e Vieira, a partir de a perspectiva de Ronaldo Sales Jr., enfatizam que muitas figuras de linguagem racistas por trás da construção desse *modus operandi* não necessariamente se resumem a xingamentos – por vezes, se traduzindo em afagos. Segundo os autores:

(...) alguns exemplos de uso figurado de conteúdos raciais são: a) metáforas (“macaco”; “piche”; “cabelo Bombril”; “dia de branco”; ou, utilizando-se de um exemplo atual, o arremesso de banana contra jogadores negros em estágios de futebol); b) metonímias (“aquele escuro”; “aquele preto”, “aquele negro”, que são palavras que substituem os nomes originais das pessoas, sem descrever os sujeitos com precisão); c) eufemismos (“boa aparência”; “moreno”; “pessoa de cor”; que é a substituição de uma palavra por outra mais “cortês”); d) ironias (“Só podia ser...”; “Pra variar...”; “Mas como é bonitinho...”); e) Perguntas retóricas (“Desde quando negro é gente?”) (SALES JR., 2006, p. 238).

A partir deste fio condutor, o relato de Lígia ganha seu devido contexto:

Assim... a minha mãe... assim... as amigas dela falam assim... sabe aquela moreninha?... Moreninha! A minha mãe fala assim... mas aquela pessoa é

negra... mas nunca ela falou assim. Nunca ela falava... (FERREIRA; CAMARGO, 2011, p. 381)

Portanto, se a assimilação da morenidade como um atenuante é reproduzida pelo oprimido, não seria diferente em seu antagonista. Bujato e Souza trazem em seu estudo o seguinte relato da docente Stela, em resposta à pergunta sobre como suas características físicas influenciam na academia:

Do ponto de vista racial? Não tem algo assim, tão evidente. O que dizem muito e que eu tenho plena consciência de que é a marca do racismo... que dizem que eu sou uma pessoa que falo muito. Então eu falo pouco, né... mas quando eu falo, a minha fala parece que agride. Então é como se eu fosse, assim... aquela negra revoltada. Parece que é essa imagem que eu vendo pras pessoas. Que fica calada, mas na hora que tá calada tá demonstrando pela expressão tudo que pensa. Isso pode ser, sim, um acúmulo, né, de tudo que eu já passei. Então eu não consigo disfarçar. Mas, assim... nada. Nem uma parte do seu corpo ou algum traço? Eu tô achando...tá mudando...não é que tá mudando. As pessoas estão mais polidas pra chegar. Mas a coisa da mulata? Essa foi uma marca a minha vida toda: mulata. Mulata e morena, que é pior ainda que mulata pra mim. Morena. Então essa “morena linda” morena não sei o que...esse tipo de representação. Mas aqui, é.. como eu te falei, é... a etiqueta é outra. A etiqueta que vai pra mim é do “exótico” [...].E aí também nessa coisa da minha postura, dizem também que é... como se não pudessem falar nada perto de mim. Tipo “ai, não pode falar nada que agora pra Stela tudo é racismo”. Então, aquelas caras e bocas. E é isso, assim... aquele negro revoltado, como diria Adbias do Nascimento. Tô sempre revoltada. (Stela, Centro de Educação). (BUJATO; SOUZA, 2020, p. 224-225)

Gedrat e Alves, em pesquisa realizada a respeito da percepção de preconceito em no Quilombo do Areal, localizado em Porto Alegre, RS, Gedrat e Alves, em entrevista à população local, relatam uma acentuada diferença entre os relatos de adultos e idosos, por um lado, e o das adolescentes por outro. Para os autores:

(...) ficou evidente que enquanto os adultos não têm ou não expressam percepção quanto a serem discriminados, ou o fazem de forma quase nula, as adolescentes expressam essa percepção com total clareza e, na verdade, é o que mais vem à sua mente quando falam sobre a condição de serem negras e moradoras do quilombo. Em outras palavras, para elas não é difícil lembrar desse assunto: ele está sempre presente em sua vida e em seu dia a dia, em situações escolares e demais locais públicos. (GEDRAT; ALVES, 2020, p.10)

Bujato e Souza observam para além da necessidade de identificar a presença de pessoas negras nos estudos organizacionais, existe também a necessidade de “(...) entender as experiências de vida e conflitos desses sujeitos” (BUJATO; SOUZA, 2020, p. 233) – e isso cabe aos estudos das ciências econômicas, especialmente pelo seu caráter de ciência social.

#### 2.1.4 Abordagem sobre o preconceito e sua relação com o capitalismo dependente brasileiro

Tomando exemplos do cotidiano transfigurados na literatura, Ferreira é enfático ao mensurar, no comportamento do brasileiro, não apenas uma tendência à terceirização da responsabilidade civil como, também, a existência de "(...) mecanismos subliminares de encobertamento permeados por um aparente tratamento cordial, desenvolvendo a crença de que a discriminação etnoracial não existe" (FERREIRA, 2002, p. 70).

Embora dê destaque a esses padrões comportamentais, o autor mensura três condições favoráveis para seu desenvolvimento que podem ser interpretadas como comuns às elites dependentes brasileiras:

(a) uma concepção constitutiva das subjetividades ocidentais, desenvolvida na modernidade, que busca ordem, desvalorizando ou eliminando o 'diferente'; (b) um processo histórico, legitimado por tal concepção, que levou à escravidão do africano e redução de sua condição a mero objeto de uso; (c) posteriormente, já após a Abolição, o desenvolvimento de concepções, apoiadas pela ciência, acerca da inferioridade racial do negro, a ponto de se 'prever' sua extinção na constituição do povo brasileiro (FERREIRA, 2002, p. 75).

Faustino e Oliveira reforçam este ponto observando que, aqui:

(...) as ideologias racistas associavam o trabalhador nacional (especialmente, o negro) ao atraso, e o estrangeiro (de preferência, europeu) ao progresso, alimentando nas classes dominantes brasileiras a expectativa de que a imigração promoveria um "branqueamento da população brasileira" (Moura, 1988, p. 90) e, conseqüentemente, a elevação do nível social e cultural do país (FAUSTINO; OLIVEIRA, 2021, p. 199-200)

Os autores – que trabalham com o conceito de xeno-racismo<sup>1</sup> – delineiam a seletividade da hospitalidade ou aversão do estrangeiro em função de seu fenótipo, sob o "(...) desejo de branqueamento das elites nacionais" (FAUSTINO; OLIVEIRA, 2021, p. 202). Portanto, a ultra valorização da identidade branco-europeia em detrimento da identidade negra, embora tenha semelhanças com outras formas de racismo existentes fora do Brasil, de acordo Ferreira e Camargo, tem característica próprias, pois:

---

<sup>1</sup> De acordo com os autores, "(...) o conceito de xeno-racismo tem o mérito de evidenciar algumas relações entre xenofobia e racismo à luz das novas necessidades do atual estágio de acumulação capitalista, mas acaba se mostrando frágil diante das dimensões racializadas sob o qual a xenofobia se manifesta, sobretudo, em contextos (coloniais) onde o estrangeiro lido como branco gozou sempre de significações superiorizadoras" (FAUSTINO; OLIVEIRA, 2021, p. 204).

A elite brasileira se autoidentifica como branca e assume as características do branco-europeu como representativas de uma superioridade étnica. Em contrapartida, o negro é frequentemente considerado um tipo étnica e culturalmente inferior. Entre essa dicotomia, estabeleceu-se uma escala de valores, aqui denominada de gradiente étnico, de tal maneira que a pessoa com características físicas próximas do tipo branco tende a ser mais valorizada, e aquela mais próxima do tipo negro tende a sofrer discriminação MOURA, 1994 apud FERREIRA; CAMARGO, 2011, P. 376)

Observemos, nesse ponto, que muitos desses padrões comportamentais racistas reproduzidos por indivíduos que não fazem parte das elites, têm suas raízes nos interesses destas - o que não exige necessariamente os não pertencentes destas classes da responsabilização por comportamentos racistas. Conforme evidenciam Daflon, Carvalhares e Feres Junior,

(...) o pertencimento de indivíduos não brancos à classe média ou elite, o desempenho de uma profissão e o acesso a bens e serviços associados a essa classe são frequentemente colocados sob suspeita. (DAFLON, CARVALHARES, FERES JÚNIOR, 2017, p. 307).

É importante destacar que, da mesma forma que não negros de todas as classes reproduzem em seu comportamento o estranhamento em relação ao negro em função do espaço ocupado, o negro também assimila essa contradição e, circunstancialmente, não apenas reproduz padrões desse preconceito sobre seus pares como, também, alimenta uma auto imagem distorcida. Ferreira e Camargo observam que, no contexto sociológico do Brasil, ao negro, cabe "(...) a negação de suas origens africanas e a busca de um ideal inatingível – a brancura (FERREIRA; CAMARGO, 2011, p. 377). Lima e Vala observam que, no status quo, os negros são percebidos "(...) como uma ameaça simbólica, ameaça aos valores e à cultura do grupo dominante" (LIMA; VALA, 2004, p. 404). Ferreira, em meio aos relatos levantados no processo de entrevistas que contou com a colaboração de três mulheres negras para a elaboração de seu artigo, traz a seguinte descrição:

A família composta pelo casal Neusa e João, as filhas Sandra, 21 anos, Rosa, 19 anos, e José, o filho de 16 anos, apresenta uma configuração muito comum, no caso brasileiro, no que se refere à categoria raça, pois as pessoas se posicionam em 'lugares' diversos dentro de um gradiente étnico de cor. Conforme as percepções dessas pessoas, o pai e o irmão sempre foram considerados negros; Neusa, era considerada branca e hoje, negra; Rosa, via-se como morena e a irmã Sandra, como mulata, e hoje ambas definem-se como negras. Pode-se observar que, além da diversidade de atribuições em relação à cor, há também mudanças nas autoatribuições em função de experiências vividas. A partir de episódios de discriminação racial sofridos, de participações em grupos de militância e movimentos culturais, como o rap, por exemplo, todos passaram a considerar-se negros, independente da tonalidade de pele ser mais clara ou mais escura. (FERREIRA, 2002, p. 71)

Sobre tal descrição, Ferreira conclui que "identidades assim constituídas conservam a incapacidade de desenvolver atitudes afirmativas quanto às especificidades raciais." (FERREIRA, 2002, p. 72) dado que, no Brasil, o preconceito racial é atribuído como um juízo de valor do qual, em sua construção social, nasce destituído de uma base objetiva durante a socialização. Ainda no que condiz às distorções que o negro brasileiro carrega a respeito de sua imagem e posição social, Ferreira atribui o processo pedagógico como o fator "(...) que leva o afro-descendente a inibir sua capacidade de advogar seus interesses culturais, políticos e econômicos aos quais tem direito como cidadão" (FERREIRA, 2002, p. 75-76).

E se o esforço de Ferreira nos direciona à compreensão da autopercepção do negro brasileiro, o de Lima e Vala nos introduz à necessidade de um entendimento mais amplo do preconceito reproduzido contra negros no contexto de uma sociedade em que o espectro de cores de pele catalogadas supera o de uma centena. Os autores descrevem o racismo brasileiro, em sua cerne, como um preconceito caracterizado pela "(...) polidez superficial que reveste atitudes e comportamentos discriminatórios, que se expressam ao nível das relações interpessoais" (LIMA; VALA, 2004, p. 407).

Não raramente, a questão racial brasileira é abordada de forma fracionada, posta em função dos interesses envolvidos pelo locutor - independentemente deste se posicionar no campo conservador ou progressista. A contribuição de Biderman e Guimarães, por exemplo, embora de grande importância para a compreensão parcial de aspectos econômicos das relações raciais, trazem em seu artigo um exemplo deste tipo de abordagem. Ao considerarem apenas quatro componentes básicos na análise (qualificação, inserção formal, inserção regional e hierarquia ocupacional) e, ao mesmo tempo, deixarem de se aprofundar em características sociológicas fundamentais, os autores terminam por linearizar uma hierarquia que não necessariamente expressa a realidade das relações econômicas e sociais experienciadas por homens e mulheres negras. Embora se proponham a uma análise econômica, o caráter de ciência social de tal análise se faz presente ao longo de todo o trabalho, conforme demonstra o questionamento feito por estes "(...) o peso do racismo e do sexismo será maior entre as pessoas localizadas na base ou no topo da hierarquia de renda? (BIDERMAN; GUIMARÃES, 2004, p. 190).

O ponto cego de leituras econômicas que não levam em consideração a esfericidade da questão racial, transcende aos aspectos racionais da teoria econômica, encontrando-se no fenômeno da construção das imagens e representações cognitivas preconceituosas contra a minoria social racializada. Lima et. Al afirmam de forma categórica que:

(...) poucos estudos analisam porque os negros estão automaticamente associados à violência e à negatividade na nossa sociedade, e em que contextos essas associações emergem com mais ou menos força (LIMA et. Al, 2006, p. 310).

Em um estudo sobre o contexto educacional, por exemplo, Ernica e Rodrigues fazem a análise de raça e gênero por nível socioeconômico. No estudo, em todos os recortes realizados, meninos pretos aparecem como o grupo mais prejudicado – resultado, este, que contrasta com a linearidade hierárquica de Biderman e Guimarães, pautada principalmente por renda. Embora Ernica e Rodrigues também não se aprofundem em outras variáveis que determinam o posicionamento socioeconômico da população negra, os autores apresentam o seguinte diagnóstico:

Ao analisarmos grupos de estudantes definidos por NSE, raça e gênero, identificamos uma estrutura de desigualdades estável. Nela, em todos os grupos de NSE, as meninas brancas e pardas são os grupos com os maiores níveis de aprendizagem, sempre próximos, embora com vantagem para as brancas. Os meninos brancos e pardos vêm a seguir, também próximos e também com vantagem para os brancos. As meninas pretas vêm logo após. Por fim, estão os meninos pretos, grupo mais penalizado, com as piores oportunidades educacionais e para quem o aumento do NSE está associado ao menor aumento do nível de aprendizagem. (ERNICA; RODRIGUES, 2020, p. 14)

Portanto, qualquer que seja a abordagem a respeito da questão racial, dado o fato de que o racismo é um *modus operandi*, é necessário manter inerente a esta a constante compreensão da multiplicidade de vieses no entorno desta questão, na qual "(...) o negro é transformado ora em caricatura, ora em perigoso, ora em nojo, ora em objeto de desejo" (MEDEIROS; VIEIRA, 2019, p. 301). Os autores observam que:

A estigmatização da população negra é um exercício de vigilância das hierarquias, que ocorre por meio da violência física e também simbólica, repercutindo sobre o próprio corpo: mutilando-o (cabelo, nariz, lábios); esfolando-o (embranquecendo socialmente); codificando-o (através de um mapeamento científico e estatal sobre seu corpo e dos estigmas sexuais); intimidando-o (com a violência policial especialmente contra os rapazes afro-brasileiros, de 18 a 24 anos de idade); culpabilizando-o (por meio do discurso que o coloca como responsável por suas próprias tragédias); paralisando-o (politicamente); empobrecendo-o (economicamente); humilhando-o (por meio dos discursos de que o/a negro/a seria menos capaz); vigiando-o ("coloque-se no seu lugar", "negro atrevido"); adoecendo-o (através do descaso médico, da assistência tardia ou mal realizada, do descaso contra a gestante negra e a

falta de atenção às doenças que são mais frequentes em população negra, tais como a anemia falciforme, a hipertensão, o câncer de próstata e alguns tipos de miomas uterinos) (MEDEIROS; VIEIRA, 2019, p. 302)

Os autores reforçam essa ideia a partir de a argumentação de Guerreiro Ramos, no texto “O problema do negro na Sociologia Brasileira”, de 1957. Medeiros e Vieira enfatizam que:

Para o autor, o cientista social que queira empreender o trabalho de superação definitiva do postulado teórico que coloca o negro enquanto um “problema”, deve passar pelo procedimento fenomenológico de se praticar “um ato de suspensão da brancura” (p. 156), a fim de se demonstrar a precariedade das concepções racistas (e patológicas) criadas numa sociedade europeizada como a brasileira. (RAMOS, 1957, p. 156, apud MEDEIROS; VIEIRA, 2019, p. 302)

No que condiz ao peso do racismo e, inclusive, seu impacto econômico, essa leitura desconsidera o caráter social das relações econômicas, deixando de fora o trato social que impossibilita o estabelecimento destas relações. Nunes nos mostra um exemplo desse afastamento no trecho a seguir:

Pesquisa recente concluiu que há diferença de tratamento, por parte da justiça, de brancos e negros. Estes são tratados com mais severidade, desde a instância policial até o tribunal, como se a criminalidade e a possibilidade de “perturbar a ordem social” lhes fosse inerente (NUNES, 2004, p. 96)

Hofbauer, numa crítica à conceituação dos conceitos-chave na abordagem da questão racial brasileira, identifica que “ (...) a definição da cor/raça dos agentes sociais subordina-se à análise da função que os sujeitos exercem dentro do sistema econômico” (HOFBAUER, 2006, p. 12)

Em outras palavras, os elementos historiográficos, aqui, são montados de maneira linear, desconsiderando outros aspectos dinâmicos das relações sociais, enquanto posiciona o racismo como um mero subproduto das relações econômicas, esvaziado de um caráter social. Em contraponto, o autor faz referência a Carlos Hasenbalg que, em sua visão,

(...) já não vê a presença do preconceito na sociedade urbana moderna como uma mera herança do antigo regime. Para ele, a sociedade de classes conferiu uma nova função ao preconceito e à discriminação raciais (HOFBAUER, 2006, p. 15).

Vasconcelos et al. observam uma tradição em torno do estudo do preconceito direcionado aos negros no que diz respeito à análises que focam em estruturas cognitivas comportamentais: “(...) no Brasil, poucos estudos têm considerado a

importância dos valores ao analisar as atitudes preconceituosas” (VASCONCELOS Et al., 2004, p. 148).

Portanto, não diferentemente das outras áreas de conhecimento, a consideração de aspectos transdisciplinares na literatura das ciências econômicas a respeito da questão racial brasileira é fundamental. Lima e Vala alertam que:

Tencionamos apenas referir uma nova forma de expressão do racismo que procura conviver harmonicamente com a norma anti-racista, que, como uma erva daninha, nasce nas suas brechas. Também se deve referir que estas novas expressões de racismo, mais veladas e hipócritas, são tão ou mais danosas e nefastas do que as expressões mais abertas e flagrantes, uma vez que, por serem mais difíceis de ser identificadas, são também mais difíceis de ser combatidas” (LIMA; VALA, 2004, p. 408).

O preconceito racial presente na sociedade brasileira, tal qual como no modelo civilizatório em que está inserida, em muitas teorias econômicas é lido como um mero subproduto do sistema econômico vigente e sob tal leitura, é comumente tratado em função de interesses ideológicos e colocado em segundo. Lima et. Al, em uma pesquisa comparativa que apresenta hipóteses de redução desse preconceito em três cenários – meritocracia competitiva, igualdade e neutralidade – , em uma primeira amostragem, indicam que:

Estes resultados confirmam parcialmente as nossas hipóteses, uma vez que a norma da competição produz preconceito automático contra os Negros. Entretanto, diferentemente do esperado, a norma do Iguaritarismo não foi efetiva na anulação do preconceito automático (LIMA et Al., 2004, p. 315).

Portanto, a compreensão de aspectos que vão além do escopo da literatura econômica oferece uma capacidade maior de compreensão do problema. Evidentemente, embora o preconceito não seja anulado em nenhum dos cenários, os autores destacam a existência de um preconceito automático no contexto da meritocracia competitiva, afirmando que “(...) esse preconceito se torna mais fraco, ainda que continue existindo no contexto de igualdade formal” (LIMA et Al., 2004, p. 315).

No estudo realizado por Machado e Barcelos a respeito das relações raciais entre universitários é possível observar no comportamento de um dos grupos avaliados em um cenário específico uma maior inclinação que, se levamos em consideração aspectos historiográficos de ocupação de espaços, pode fomentar uma análise de classe, por exemplo. Segundo os autores:

Ainda mais marcante é o fato de que os alunos da universidade particular são mais favoráveis às medidas dirigidas especificamente aos negros do que os alunos da universidade pública. Aparentemente, os alunos formados nesses dois tipos de instituição se diferenciam no que diz respeito às noções de mérito e universalidade, princípios esses (além de justiça social, diriam uns, e eficiência, diriam outros), que são a informação básica no momento de se estabelecer políticas sociais de combate às desigualdades raciais. (MACHADO; BARCELOS, 2001, p. 33).

Ainda, de acordo com os autores, a justificativa para que meninas pretas se beneficiem em oportunidades educacionais fomentadas em distritos mais equitativos se dá pela razão de que:

(...) nesses contextos, para elas, os efeitos negativos da discriminação racial seriam relativamente enfraquecidos, abrindo brechas para que características femininas valorizadas e rentáveis no espaço escolar pudessem operar como trunfos (...). O abrandamento relativo da restrição das oportunidades educacionais pela discriminação racial não ocorreria para os meninos pretos, no entanto, que receberiam os piores juízos e as piores oportunidades educacionais em qualquer contexto, inclusive nos distritos mais equitativos. (ERNICA; RODRIGUES, 2020, P. 15).

O trecho destacado evidencia a importância da consideração de aspectos das relações sociais em análises presentes nas áreas de pensamento das ciências sociais – como a economia. A consideração de variáveis econômicas desacompanhadas de – ou que pouco consideram – a não linearidade de aspectos sociais tende a reforçar estereótipos e solidificar inequidades.

### **CAPÍTULO 3 – CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE SOBRE OS DIFERENTES ASPECTOS DO PRECONCEITO RACIAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO E OS ARGUMENTOS DE LÉLIA GONZÁLEZ E CARLOS HASENBALG**

Com o objetivo de comparar as reflexões entre os artigos selecionados na Revisão da literatura a respeito dos diferentes aspectos do preconceito racial no capitalismo dependente brasileiro com os argumentos presentes na literatura de Lélia González e Carlos Hasenbalg, este capítulo se coloca em função de um trato equitativo sobre essa temática.

Em seu artigo, Ferreira (2002) demonstra alguns acontecimentos que revelam como o preconceito é reproduzido de forma subjetiva, criando estereótipos negativos e desqualificando socialmente a população negra. De acordo com o Ferreira, "há mecanismos subliminares de encobertamento permeados por um aparente tratamento cordial, desenvolvendo a crença de que a discriminação etnoracial não existe (...)" (FERREIRA, 2002, p. 70). Baseando-se na pesquisa da Datafolha (RODRIGUES, 1995), o autor ainda destaca que as pessoas entrevistadas "(...) foram unânimes em ressaltar que o preconceito é sistematicamente considerado como atributo do 'outro' (FERREIRA, 2002, p. 70). Tal argumentação é corroborada pela afirmativa de Hasenbalg, de que as práticas racistas do grupo racial dominante, "(...) longe de serem meras sobrevivências do passado, estão relacionadas aos benefícios materiais e simbólicos que os brancos obtêm da desqualificação competitiva do grupo negro" (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p.89) - portanto, essa tendência a terceirizar o racismo, considerando-o como um problema do outro, se coloca como uma forma de acobertar os relativos privilégios de quem desfruta dessa estrutura.

Biderman e Guimarães (2004), em seu artigo, embora justifiquem seu título como uma figura de linguagem que ilustra um território ocupado pelos autores justamente para a reflexão a respeito de tais estruturas sem a ambição de esgotar as temáticas, este carrega em si o sentido normativo estrito de uma sociedade de classes. De acordo com os autores:

A hierarquia aqui adotada foi construída a partir de uma agregação das classes definidas pela PNAD, para o que nos baseamos parcialmente em Silva.<sup>21</sup> As classes de ocupação que trabalhamos incluem: os proprietários em geral, os empresários por conta própria, os trabalhadores em função de mando, os trabalhadores em funções não manuais de rotina, os trabalhadores em funções

manuais urbanas e os trabalhadores em funções manuais agrícolas (BIDERMAN; GUIMARÃES, 2004, p. 184).

O sentido de uma superação da discriminação racial rumo à possibilidade de integração na sociedade de classes é descrito por Hasenbalg da seguinte maneira:

A adoção de um modelo normativo de revolução burguesa e de sistema social competitivo leva a uma sobreestimação do potencial democrático e igualitário da sociedade de classes em formação. Isto, junto com a visão do preconceito e discriminação raciais como sobrevivências anacrônicas do passado escravista - destinados portanto a desaparecer com o amadurecimento do capitalismo - levam de forma implícita a um diagnóstico otimista sobre a integração do negro à sociedade de classes. O reconhecimento de que o racismo á brasileira pode ser mais do que um fenômeno transitório se encontra apenas em algumas passagens isoladas onde se contempla a possibilidade de uma solidificação do paralelismo entre raça e posição na estrutura social (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 87-88).

Embora Biderman e Guimarães reconheçam que o racismo e o sexismo só podem ser explicados por meio de "(...) pesquisas de corte mais propriamente qualitativo" (BIDERMAN; GUIMARÃES, 2004, p. 196), a escolha das variáveis e o manuseio destas para o estudo posicionam a questão racial ao patamar de um redutivo reflexo dos interesses contidos na dinâmica da relação de classes. A respeito deste tipo de abordagem, Daflon, Carvalhares e Júnior pontuam que, em abordagens desse tipo - que desconsideram posturas, atitudes e vivências dos fenômenos de racismo - a discriminação racial tende a ser indeferida, "(...) uma vez que não levam em conta diretamente os processos de sociabilidade que geram o resultado observado" (DAFLON; CARVALHARES; JÚNIOR, 2017, p. 299). Neste ponto, cabe observar que, de acordo com a teoria dos capitais do sociólogo Pierre Bourdieu, o espaço multidimensional das formas poder se subdivide em quatro formas que, em concomitância, formam as classes sociais: o capital social, o capital cultural, o capital econômico e o capital simbólico. Nas palavras do autor, tais formas de capitais:

(...) podem se tornar tão eficientes quanto ases em um jogo de cartas dentro deste universo particular (...). Esses poderes sociais fundamentais são, segundo minhas investigações empíricas, primeiramente o Capital Econômico, em seus vários tipos; em segundo lugar, o Capital Cultural, ou melhor, o Capital Informacional, também com suas particularidades; e, em terceiro lugar, duas formas de capital fortemente correlacionadas, que são o Capital Social, que consiste em recursos baseados em conexões e pertencimento a grupos, e o Capital Simbólico, que é a forma com que os diferentes tipos de capital se conectam uma vez que são percebidos e reconhecidos socialmente como legítimos. Assim, os agentes se distribuem no espaço social, na primeira dimensão em função do volume capital que possuem; na segunda dimensão de acordo com os elementos de composição de seu capital, ou seja, de acordo com o peso relativo de seu capital total em suas variadas formas, especialmente na econômica e na cultural; e na terceira dimensão de acordo com a maneira com que o volume e a composição de seu capital evoluem no

tempo, ou seja, de acordo com sua trajetória no espaço social. Nele, agentes e conjuntos de agentes são incumbidos de uma posição, uma localização ou uma classe precisa de posições vizinhas, ou seja, de uma determinada área dentro desse espaço; sendo, assim, definidos por sua relativa posição dentro de um sistema multidimensional de coordenadas das quais, em sua composição, possuem valores de diferentes variáveis. A ocupação tende a ser um indicador assertivo a respeito da posição social de um agente e, além disso, fornece informações valiosas sobre os efeitos ocupacionais, ou seja, os efeitos da natureza de seu trabalho ou meio ocupacional, bem como suas respectivas especificidades culturais e organizacionais, etc. (BOURDIEU, 1987, p. 3-4)

A compreensão dessas formas de poder nos fornece a possibilidade de ressaltar o caráter de ciência social da economia e mensurar aspectos específicos da posição social de homens e mulheres negras do Brasil - dos quais comumente têm suas demandas conduzidas de forma assimilacionista, quando não alheia à historiografia. Não raramente, na leitura materialista das ciências sociais, é feito o uso de uma pirâmide de privilégios que posiciona indivíduos por gênero e fenótipo com base em variáveis econômicas. A leitura de raça e gênero, embora pontue padrões de opressão do patriarcado que demandam erradicação, quando realizada de forma meramente acumulativa, assimilacionista e linear, dá vazão a uma linha de narrativa que termina por negligenciar muitas das demandas de homens negros, por vezes, reforçando estereótipos sobre estes. A título de exemplo, é comum encontrar em meio ao importante debate a respeito dos privilégios do patriarcado, leituras que desconsideram as naturais contradições existentes entre gênero, raça e classe na realidade brasileira. Santos (2020), em seu artigo sobre a sub-representação de mulheres negras brasileiras argumenta:

Sobre gênero, Simone de Beauvoir (2014), em *O Segundo Sexo*, caracteriza a mulher como o Outro. O homem é tido como ser absoluto e a mulher é encarada enquanto ser mediante ao que o homem quer que ela seja. A filósofa brasileira Djamila Ribeiro (2017), em seu livro *O que é lugar de fala?* retoma a obra *Memórias da Plantação* (2008) da psicóloga e artista portuguesa Grada Kilomba, que consolida a mulher negra como o outro do Outro. Tendo em conta que mulheres brancas ainda são mulheres, embora brancas, e homens negros são negros, mas homens; as mulheres negras estão nessa configuração imbricada de serem mulheres e negras, agregando o peso de ser mulher enquanto gênero subjugado e negra sendo a raça inferiorizada (SANTOS, 2020, p. 29).

Na citação, a consideração de que "homens negros são negros, mas homens" ignora particularidades de masculinidades deste grupo e, inclusive, aspectos historiográficos da realidade do homem negro brasileiro. No que condiz a realidade deste grupo, para além dos aspectos econômicos, a concepção de masculinidade enquanto um conjunto de atributos advindos do patriarcado que confere privilégios nas relações sociais, é profundamente distorcida, carregada de estereótipos e

fundamentalmente reduzida em meio às minúcias dos aspectos da vida civilizada, pois, este indivíduo:

(...) além de não ser reconhecido como homem por ser negro, não consegue ser reconhecido como homem negro em todos os atributos reificados que envolvem este reconhecimento", sendo constantemente condenado ao posto de "um desvio dos desviados" (NKOSI, 2014, p. 92).

Os estudos sobre as particularidades dos padrões de opressão dispostos sobre homens pretos e mulheres pretas seguem esbarrando em limites advindos das próprias contradições da branquitude e, por cooptação, terminam como um mero checklist posto em função de suas demandas – sejam estas conservadoras ou progressistas. No que condiz ao racismo em seu caráter discriminatório, Hasenbalg observa que, para além dos efeitos dessa prática, esta delimita a aspiração de pessoas negras, pois:

Quando são considerados os mecanismos sociais que obstruem a mobilidade social ascendente do negro, às práticas discriminatórias dos brancos devem ser acrescentados os efeitos derivados da internalização pela maioria da população negra de uma auto-imagem desfavorável. Esta visão negativa do negro começa a ser transmitida nos textos escolares e está presente numa estética racista veiculada permanentemente pelos meios de comunicação de massa, além de estar incorporada num conjunto de estereótipos e representações populares. Desta forma, as práticas discriminatórias, a tendência a evitar situações discriminatórias e a violência simbólica exercida contra o negro reforçam-se mutuamente de maneira a regular as aspirações do negro de acordo com o que o grupo racial dominante impõe e define como os "lugares apropriados" para as pessoas de cor (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 91).

Ernica e Rodrigues (2020), em análise às desigualdades de aprendizagem entre grupos sociais em metrópoles, em abordagem ao município de São Paulo, identificaram o seguinte padrão ordenado de desempenho:

(..) meninas brancas, meninas pardas, meninos brancos, meninos pardos, meninas pretas e meninos pretos. Esse padrão perdura no interior dos distritos. A principal variação é que, nos distritos mais desiguais, as desvantagens raciais são fortes, afetando meninas e meninos pretos. Por sua vez, nos distritos mais equitativos, as desvantagens dos meninos pretos persistem, enquanto as meninas pretas têm maior desempenho, aproximando-se dos meninos brancos e pardos (ERNICA; RODRIGUES, 2020, p. 1).

Dada a complexidade do enraizamento deste preconceito na história do Brasil e as contradições existentes entre o ranqueamento das diversas análises existentes nas ciências sociais, faz-se necessária uma análise historiográfica mais precisa, que considere aspectos sociais em particularidades de gênero e raça de forma

multidimensional. Conforme Nunes (2006) observa em seu artigo, é necessário atentar-se ao fato de que:

A esperada cidadania após a abolição não aconteceu e, até hoje, é uma luta constante em uma sociedade em que a desigualdade racial é arraigada e as tentativas de apagar a memória da barbárie contra os escravos são permanentes, quer pela eliminação de documentos, quer pela disseminação do mito da democracia racial (NUNES, 2006, p. 91).

Neste ponto, de uma perspectiva materialista histórica, é possível observar que a política de apagamento da memória da barbárie, controle populacional e a desarticulação de pessoas negras não apenas fez-se presente no imediato pós abolição como persiste ao longo da história brasileira e reinventa seus mecanismos de dominação. Conforme observa Gonzalez, o golpe militar de 1964 implicaria na "(...) desarticulação das elites intelectuais negras, de um lado, e no processo de integração das entidades de massa numa perspectiva capitalista, de outro" (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p.27). Medeiros e Vieira, em seu artigo, nos possibilitam refletir a respeito da existência de barreiras para a formação de tais elites desde o período da escravidão. No texto, os autores pontuam o caráter do modelo de educação existente no Brasil a partir de o primeiro momento em que passou a existir algum incentivo à escolarização da população negra no Brasil, em 1871, em torno da Lei do Ventre Livre, quando proprietários rurais passaram a demandar por um modelo de educação "(...) absolutamente voltado para a formação de mão de obra, especialmente para a lavoura, garantindo dessa maneira a manutenção da hierarquia no trabalho, mesmo com o fim da escravidão" (MEDEIROS; VIEIRA, 2019, p. 294). Nos dias atuais, o impacto dessa articulação reforça características culturais - como a observada por Ferreira:

Parece ser 'politicamente correto' tratar o afro-descendente como 'moreno', palavra fortemente enraizada na cultura brasileira. É um exemplo de uma situação que revela uma estratégia simbólica de fuga de uma realidade em que a discriminação impera. Dessa forma, as pessoas procuram elementos de identificação em símbolos do grupo considerado social e economicamente dominante, no caso o brasileiro branco-europeu (FERREIRA, 2002, p. 72).

Embora a análise materialista dialética responda - e também ajude a formular - muitas perguntas, por vezes, paradoxalmente as limitações de trabalho, capital e lucro terminam por negligenciar particularidades das relações sociais que não podem ser analisadas em sua complexidade através dessa perspectiva. Hofbauer (2006), em seu artigo, observa que:

Com o decorrer do tempo, tendências marxistas vão ganhar espaço dentro da perspectiva sociológica do estudo das "relações raciais". Assim, O. Cox descreve, no seu livro *Caste, class and race* (1948), o surgimento de "relações raciais" como um co-produto da exploração capitalista. (...) Cardoso e Ianni seguiam uma argumentação economicista semelhante para explicar como, segundo eles, teriam se firmado, na época da escravidão, dois "grupos sociais/raciais" antagônicos (brancos e não-brancos). (...) Percebe-se aqui claramente que a definição da cor/raça dos agentes sociais subordina-se à análise da função que os sujeitos exercem dentro do sistema econômico (HOFBAUER, 2006, p. 12).

Hasenbalg, apesar de não problematizar o uso do termo "relações raciais", crítica o marxismo ortodoxo sob a argumentação de que este (...) implicitamente apresenta uma visão simplificada da estrutura de classes, composta só de capitalistas e trabalhadores diretamente produtivos" (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 82). Em citação à crítica de Hasenbalg, Houfbauer, argumenta que:

Este sociólogo já não vê a presença do preconceito na sociedade urbana moderna como uma mera herança do antigo regime. Para ele, a sociedade de classes conferiu uma nova função ao preconceito e à discriminação raciais (HOFBAUER, 2006, p. 15).

No artigo de Machado e Barcelos (2001), no qual estudantes de universidades públicas e federais são convidados a expor suas opiniões a respeito das percepções raciais no Brasil, a constatação dos autores dialoga com a crítica de Hasenbalg: nas respostas uma predominância de classe sobre raça e pontuam que "tudo se passa como se os limites entre onde termina a determinação de classe e onde começa a cor e ou raça pudesse ser indicado" (MACHADO; BARCELOS, 2001, p. 30).

Sob a perspectiva de que, após a Segunda Guerra Mundial, muitos estudos antropológicos sobre o racismo passaram a evitar abordar a relação entre o físico e o cultural, Hofbauer afirma que "pouco se discutiu a questão de aspectos físicos como possíveis 'marcadores de fronteiras'" (HOFBAUER, 2006, p. 33) e que tal distanciamento impacta "(...) a produção de conhecimento teórico sobre o fenômeno do racismo" (HOFBAUER, 2006, p. 34). Ferreira, por sua vez, destaca que:

(...) torna-se imprescindível o conhecimento de como os processos psicológicos se dão para a compreensão mais ampliada da problemática do afro-descendente, principalmente frente às armadilhas que um discurso social e político (FERREIRA, 2002, p. 82).

Ao contrário de Hofbauer e Ferreira, e sem apontar necessariamente para uma causa raiz da problemática racial, ao constatar que as possibilidades da população negra escapar às limitações de uma posição social subalterna são menores que a da população branca de mesma origem social, Hasenbalg conclui que:

Dada essa situação de fato, parece muito pouco provável que o ideal da igualdade racial seja atingido através de um mecanismo calcado no mercado, isto é, o processo de mobilidade social individual (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 99).

A respeito da pontuação de Hasenbalg sobre a diferença entre negros e brancos da mesma origem social, Ferreira e Camargo, em seu artigo, embora se assemelhem à Biderman e Guimarães na crítica racial direcionada para a classe, observam que:

(...) estabeleceu-se uma escala de valores, aqui denominada de gradiente étnico, de tal maneira que a pessoa com características físicas próximas do tipo branco tende a ser mais valorizada, e aquela mais próxima do tipo negro tende a sofrer discriminação (FERREIRA; CAMARGO, 2011, p. 376).

Lima e Vala destacam que: "É importante referir que essas novas expressões de racismo se colocam como um contraponto em relação às expressões tradicionais ou clássicas de racismo; estas típicas dos séculos passados e mais abertas e flagrantes" (LIMA; VALA, 2004, p. 404). Os autores pontuam diferenças a respeito do racismo aversivo<sup>2</sup> e o racismo ambivalente<sup>3</sup>. De acordo com os autores "(...) tanto o racista ambivalente quanto o racista aversivo procuram manter uma auto-imagem e imagem pública de pessoa igualitária e não preconceituosa" (LIMA; VALA, 2004, p. 406).

Hofbauer, em citação ao artigo de Yvonne Maggie e Peter Fry, "O Debate que não Houve: a Reserva de Vagas para Negros nas Universidades Brasileiras" - no qual os autores não reconhecem a existência de um problema racial no Brasil e se posicionam firmemente contra a política de ações afirmativas -, argumenta que "Maggie e Fry entendem que a implantação de 'cotas para negros' promove a idéia de

---

<sup>2</sup> De acordo com Dovidio e Gaertner, "De acordo com a perspectiva do racismo aversivo, muitas pessoas que apoiam explicitamente os princípios igualitários e acreditam não serem preconceituosas também abrigam inconscientemente sentimentos e crenças negativas sobre os negros e outros grupos historicamente desfavorecidos. Os racistas aversivos experimentam, assim, a ambivalência entre suas crenças igualitárias e seus sentimentos negativos em relação aos negros. (...) Como consequência dessas influências generalizadas que promovem tanto sentimentos negativos quanto crenças igualitárias, presume-se que o racismo aversivo caracterize as atitudes raciais de uma parcela substancial de brancos bem-educados e liberais nos Estados Unidos" (DOVIDIO; GAERTNER, 2000, p. 315, tradução nossa)

<sup>3</sup> Reconhecendo a multidimensionalidade de racismos, Iain Walker argumenta que "(..) atitudes pró-negras e anti-negras coexistentes repousam em diferentes estruturas de valores mantidas por um mesmo indivíduo. Atitudes pró-negras refletem valores humanitários e igualitários que enfatizam a igualdade e a justiça social; As atitudes anti-negras refletem valores éticos individualistas e protestantes de liberdade, trabalho árduo, realização individual e autoconfiança" (WALKER, 2001, p. 27, tradução nossa)

que existem raças" (HOFBAUER, 2006, p. 41). Tal dissociação com a realidade, apontada pelo autor, converge em muito com a crítica pontuada por Hasenbalg:

Apesar da evidência contundente de uma forte associação entre cor e posição social, estes estudiosos, impressionados pelas diferenças mais notáveis entre os sistemas raciais do Brasil e dos Estados Unidos, desenfatazaram a discriminação racial e seus efeitos na mobilidade social do negro. Algumas de suas primeiras conclusões são: (a) existe preconceito no Brasil, mas é mais preconceito de classe do que de raça; (b) a forte consciência das diferenças de cor não está relacionada à discriminação; (c) estereótipos e preconceitos negativos contra o negro são manifestados mais verbalmente do que a nível do comportamento; e (d) outras características tais como riqueza, ocupação e educação são mais importantes que a raça na determinação das formas de relacionamento inter-pessoal (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 85).

De acordo com Lima e Vala:

O racismo constitui-se num processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada), a qual é re-significada em termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento (LIMA; VALA, 2004, p. 402).

Ferreira observa que: "Como a discriminação tende a ser um processo 'camuflado', não se tem abertura para que tais questões sejam discutidas, dificultando o processo de reversão do preconceito" (FERREIRA, 2002, p. 81). Hasenbalg, por sua vez, argumenta:

A despeito das diferenças no tratamento do problema, a perspectiva assimilacionista está presente nas três abordagens das relações raciais acima destacadas. Num caso o papel da raça na geração de desigualdades sociais é negado, noutra o preconceito (racial) é reduzido a um fenômeno de classe e, por último, a discriminação racial constitui um resíduo cultural do já distante passado escravista. Nenhuma destas perspectivas considera seriamente a possibilidade da coexistência entre racismo, industrialização e desenvolvimento capitalista (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p.88).

No que diz respeito ao impacto do não reconhecimento desta problemática, Lima e Vala advertem que tais:

(...) expressões de racismo, mais veladas e hipócritas, são tão ou mais danosas e nefastas do que as expressões mais abertas e flagrantes, uma vez que, por serem mais difíceis de ser identificadas, são também mais difíceis de ser combatidas (LIMA; VALA, 2004, p. 408).

## CONCLUSÃO

Sob a relevância da Ciência Econômica em seu caráter de ciência social, esta monografia se direcionou à investigação e análise a respeito das formas pelas quais a questão racial brasileira vem sendo conduzida nas ciências sociais e como a incompletude da compreensão de suas dimensões, guiada por perspectivas assimilacionistas, permanece reforçando estereótipos e agindo de forma danosa sobre a população negra brasileira.

A partir desta consideração, foi possível observar, na revisão sistemática dos artigos científicos de periódicos contemporâneos, limitações a respeito de dimensões fundamentais ainda pouco aprofundadas no debate contemporâneo. A título de exemplo, como abordado no capítulo 3, destaca-se o assimilacionismo que, embora justificado acerca da necessidade humana de desconstrução da estrutura de opressão do patriarcado, desconsidera características historiográficas e sociológicas e condiciona homens negros a uma transposição assimétrica e danosa dos privilégios desfrutados socialmente por homens brancos.

Essa constatação nos leva a observar que a estigmatização da população negra - em especial de homens negros - persiste como prática de manutenção de hierarquias que se expressam não apenas na obtenção de cargos e remunerações, mas, principalmente, na ocupação de espaços. Aqui, destaca-se o fato de o homem negro despontar nos piores índices humanitários da sociedade brasileira e, até o presente momento, inexistirem políticas equitativas estruturantes a respeito de suas particularidades, tal como podemos observar para algumas das demandas mulheres negras (embora, também no caso destas, ainda esteja aquém do ideal).

Exposta essa disparidade, a discussão entre a literatura de Gonzalez, Hasenbalg e Faustino ao longo do Capítulo 3 demonstra que, embora seja possível encontrar trabalhos que questionem algumas dessas contradições, há, na literatura das ciências sociais, uma enorme carência a respeito das demandas de homens negros e mulheres negras, especialmente no que condiz às características comportamentais dos agentes na distribuição do espaço social. Carece-se de uma literatura econômica que considere a importância do capital social e capital simbólico no seio das relações entre pessoas brancas e negras, homens e mulheres. A

negligência destas dimensões sociais alimenta estereótipos que, sob o assimilaiconismo dos vieses levantados por Hasenbalg, permanecerão em inércia. Isso se torna evidente não apenas quando observamos a forma com que as demandas de homens negros e mulheres negras são mensuradas como, também, na forma com que são remediadas em práticas políticas – sejam estar públicas ou privadas.

Em suma, é possível identificar vícios que não podem ser explicados puramente por sua ordem material, uma vez que o racismo estrutural brasileiro não apenas beneficia aos interesses dos que detêm os meios de produção como, também, conferem privilégios sociais aos não detentores destes meios. Ademais, a escassez de uma abordagem desta natureza na literatura, por si só, expressa o latente desinteresse de quem desfruta dos privilégios da branquitude em despir-se destes, pois, mesmo quando há simpatia (vulgo empatia) pela causa, o preço a se pagar pela exposição das contradições de seus próprios interesses é muito alto.

## REFERÊNCIAS

BIDERMAN, Ciro; GUIMARÃES, Nadya Araujo. Na Ante-sala da Discriminação: O Preço dos Atributos de Sexo e Cor no Brasil (1989-1999). *Estudos Feministas*, UFSC, v. 12, n. 2, p. 177-200, agosto, 2004.

BOURDIEU, Pierre. What Makes a Social Class? On the theoretical and practical existence of groups. *Berkeley Journal of Sociology*, n. 32, p. 1-49, 1987).

BUJATO, Isabela Ariane; SOUZA, Eloisio Moulin. O Contexto Universitário Enquanto Mundo do Trabalho Segundo Docentes Negros: Diferentes Expressões de Racismo e Como Elas Acontecem. *Revista Eletrônica de Administração*, UFRGS, v. 26, n. 1, p. 210-237, abril, 2020.

DAFLON, Verônica Toste; CARVALHAES, Flávio; JÚNIOR, João Feres. Sentindo na Pele: Percepções de Discriminação Cotidiana de Pretos e Pardos no Brasil. *Revista Dados*, UERJ, v. 60, n. 2, p. 293-330, 2017.

DOVIDIO, John F.; GAERTNER Samuel L.. Aversive Racism and Selection Decisions: 1989 and 1999. *American Psychological Society*, Washington, v. 11, n. 4, p. 315-319, jul. 2000.

ERNICA, Mauricio; RODRIGUES, Erica Castilho. Desigualdades Educacionais em Metrôpoles: Território, Nível Socioeconômico, Raça e Gênero. *Educação & Sociedade*, CEDES, v. 41, p. 1-19, 2020.

FAUSTINO, Deivison Mendes; OLIVEIRA, Leila Maria de. Xenoracismo ou xenofobia racializada? *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, v. 29, n. 63, p. 193-210, dezembro, 2021.

FAUSTINO (NKOSI), Deivison Mendes. O Pênis sem o Falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo in: *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher / organização Eva Alterman Blay*. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 75, 2014.

FERREIRA, Ricardo Franklin. O Brasileiro, o Racismo Silencioso e a Emancipação do Afro-descendente. *Psicologia & Sociedade*, UFPE, v. 14, n. 1, p. 69-86, junho, 2002.

FERREIRA, Ricardo Franklin; CAMARGO, Amilton Carlos. As Relações Cotidianas e a Construção da Identidade Negra. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Conselho Federal de Psicologia, v. 31, n. 2, p. 374-389, 2011.

GEDRAT, Dóris Cristina; ALVES, Gehysa Guimarães; SILVA, Ângela Maria Pereira. Percepção de Preconceito num Quilombo Urbano do Sul do Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Conselho Federal de Psicologia, v. 40, p. 1-12, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1982.

HOFBAUER, Andreas. Ações Afirmativas e o Debate Sobre Racismo no Brasil. *Lua Nova*, CEDEC, s/v, n. 68, p 9-56, 2006.

LIMA et al. Normas Sociais e Preconceito: o Impacto da Igualdade e da Competição no Preconceito Automático Contra os Negros. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, UFRGS, v. 19, n. 2, p. 309-319, 2006.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. As Novas Formas de Expressão do Preconceito e do Racismo. *Estudos de Psicologia*, PUC-CAMPINAS, v. 9, n. 3, p. 401-411, 2004.

LINS, Samuel Lincoln Bezerra. et al. Racial prejudice and social values: how I perceive others and myself. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 22, n. 2, p. 309-321, maio/agosto, 2017.

MACHADO, Elielma Ayres; BARCELOS, Luiz Cláudio. Relações Raciais entre Universitários no Rio de Janeiro. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, UFBA, v. 23, n. 2, p. 1-36, 2001.

MEDEIROS, Priscila Martins; VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos. Por Narrativas Outras: Educação e Desracialização da Experiência Negra no Brasil. *Cadernos De Pesquisa*, São Paulo, v.49, n. 171, p.288-307 janeiro/março, 2019.

NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo no Brasil: Tentativas de Disfarce de uma Violência Explícita. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 89-98, 2006.

RODRIGUES, F. Racismo cordial. In *Racismo cordial - Folha de São Paulo - Datafolha - A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*, 11-55. São Paulo, Ática, 1995.

SANTOS, Steffane Pereira. Sub-representação de Mulheres Negras no Brasil: quem representa a base da pirâmide social? Revista Três Pontos, UFMG, v. 17, n. 2, p. 28-37, julho, 2021.

VASCONCELOS, et. al. Preconceito e Intenção em Manter Contato Social: Evidências Acerca dos Valores Humanos. Psico-USF, Bragança Paulista, v. 9, n. 2, p. 147-154, julho/dezembro, 2004.

WALKER, Iain (2001). The Changing Nature of Racism: from old to new? in: Understanding Prejudice, Racism, and Social Conflict / organização M. Augoustinos & K. J. Reynolds 1. ed. - Londres: Sage, p. 24-42, 2001.